



DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

*Apresentado
em CA
31.7.2011*

[Signature]
Francisco de Sá
Presidente

Análise às Demonstrações Financeiras

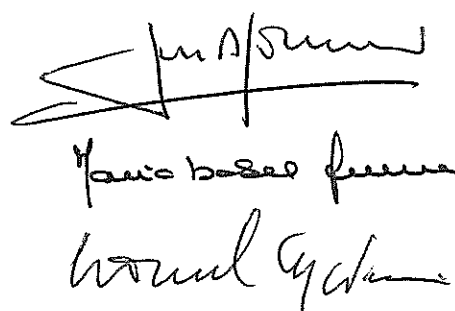
1.º Semestre de 2014

Balanças em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013		Unidade: Euros	
	Notas	30-06-2014	31-12-2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	13.249.833,19	13.564.313,25
Propriedades de investimento	11	-	-
Ativos intangíveis	8	161.881,62	205.912,53
Ativos por impostos diferidos	17	1.336.388,53	1.579.646,77
		14.748.103,34	15.349.872,55
Ativo corrente			
Inventários	12	240.055,33	269.975,32
Clientes	18	1.201.639,05	1.173.871,32
Adiantamentos a fornecedores		3.785,18	3.785,18
Estado e outros entes públicos	21	262.692,31	347.477,17
Outras contas a receber	18	7.874.295,50	7.062.468,36
Diferimentos	20	125.432,24	124.614,11
Ativos não correntes detidos para venda	11	-	123.517,87
Caixa e depósitos bancários	4	5.300.133,38	3.365.791,11
		15.008.032,99	12.471.500,44
Total do ativo		29.756.136,33	27.821.372,99
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	27	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	27	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados	15,17	(14.352.804,46)	(17.520.936,96)
Excedentes de revalorização	27	14.605,86	21.313,59
Outras variações no capital próprio	15	4.440.943,06	4.860.103,49
		(1.268.235,02)	(4.010.499,36)
Resultado líquido do período		57.932,15	2.227.201,05
Total do capital próprio		(1.210.302,87)	(1.783.298,31)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	12.271.731,88	12.130.945,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4.515.945,45	5.508.835,33
Passivos por impostos diferidos	17	1.442.518,40	1.579.646,77
		18.230.195,73	19.219.427,80
Passivo corrente			
Fornecedores	18	845.357,84	656.468,45
Estado e outros entes públicos	21	2.137.772,73	1.773.270,22
Financiamentos obtidos	18	167.485,20	334.970,43
Outras contas a pagar	18	9.543.030,81	7.567.248,64
Diferimentos	20	42.596,89	53.285,76
		12.736.243,47	10.385.243,50
Total do passivo		30.966.439,20	29.604.671,30
Total do capital próprio e do passivo		29.756.136,33	27.821.372,99

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



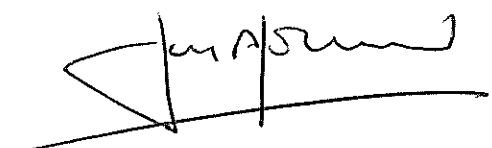
Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

Unidade: Euros			
Rendimentos e Gastos	Notas	30-06-2014	30-06-2013
Vendas e serviços prestados	17	10.038.873,71	10.153.645,52
Subsídios à exploração	11	-	170.831,62
Variação nos inventários da produção	7	-	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(772.436,27)	(912.192,97)
Fornecimentos e serviços externos	18	(2.936.180,36)	(2.630.958,39)
Gastos com o pessoal	19	(4.883.392,92)	(5.980.491,73)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	7	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	16.234,43	20.145,94
Provisões (aumentos/reduções)	12	(140.786,18)	(371.104,56)
Outros rendimentos e ganhos	11, 21	883.100,73	1.481.162,85
Outros gastos e perdas	22	(419.008,76)	(1.235.135,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.786.404,38	695.902,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 5, 20	(1.465.352,48)	(1.516.708,68)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		321.051,90	(820.806,12)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	7.352,86	28.242,39
Juros e gastos similares suportados	23	(20.494,94)	(49.656,40)
Resultado antes de impostos		307.909,82	(842.220,13)
Impostos sobre o rendimento do período	6	(249.977,67)	(14.837,07)
Resultado líquido do período		57.932,15	(857.057,20)

O Técnico Oficial de Contas



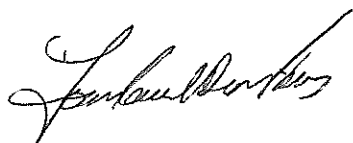
O Conselho de Administração


 Para o Conselho de Administração
 Carlos Gomes

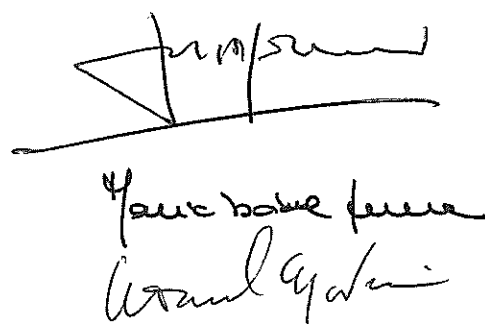
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

		Unidade: Euros	
	NOTAS	30-06-2014	30-06-2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	2	13.374.924,10	13.201.011,87
Pagamentos a fornecedores		(4.473.117,98)	(4.419.480,60)
Pagamentos ao pessoal		(4.911.886,15)	(4.828.046,85)
Caixa gerada pelas operações		<u>3.989.919,97</u>	<u>3.953.484,42</u>
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		(26.209,04)	(131.956,78)
Outros recebimentos / pagamentos		(1.428.004,15)	(807.163,23)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u><u>2.535.706,78</u></u>	<u><u>3.014.364,41</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.306.920,54)	(520.003,86)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	11	300.560,01	1.557,05
Juros e rendimentos similares		<u>1.487,38</u>	<u>1.910,25</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u><u>(1.004.873,15)</u></u>	<u><u>(516.536,56)</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(167.485,23)	(167.485,23)
Juros e gastos similares		(23.376,46)	(40.614,14)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u><u>(190.861,69)</u></u>	<u><u>(208.099,37)</u></u>
Variações de caixa e seus equivalentes		<u>1.339.971,94</u>	<u>2.289.728,48</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>3.333.148,65</u>	<u>2.959.190,34</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	<u><u>4.673.120,59</u></u>	<u><u>5.248.918,82</u></u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 30 de junho de 2014

Unidade: Euros

Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2014	8.528.400,00	100.620,52	(17.520.936,96)	21.313,59	4.860.103,49	2.227.201,05	(1.783.298,31)
Alterações no Período							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	7.647,95	(7.647,96)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos							
Impostos diferidos ativos - provisão para pensões			934.033,00				934.033,00
Outros impostos diferidos ativos - excedentes de revalorização			(749,50)	940,22			190,72
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
Resultado do exercício anterior			2.227.201,05			(2.227.201,05)	-
Subsídios ao investimento					(419.160,43)		(419.160,43)
	-	-	3.168.132,51	(6.707,74)	(419.160,43)	(2.227.201,05)	515.063,29
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	57.932,15	57.932,15
Resultado Integral	-	-	3.168.132,51	(6.707,74)	(419.160,43)	(2.169.268,90)	572.995,44
Posição em 30 de junho de 2014	8.528.400,00	100.620,52	(14.352.804,45)	14.605,85	4.440.943,06	57.932,15	(1.210.302,87)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

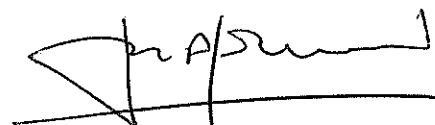
Unidade: Euros

Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2013	8.528.400,00	100.620,52	(18.752.801,52)	34.988,14	5.377.225,03	1.218.190,01	(3.493.377,82)
Alterações no Período							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	15.295,92	(15.295,92)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos							
Outros impostos diferidos ativos - excedentes de revalorização			(1.621,37)	1.621,37			-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
Resultado do exercício anterior			1.218.190,01			(1.218.190,01)	-
Subsídios ao investimento					(517.121,54)		(517.121,54)
	-	-	1.231.864,56	(13.674,55)	(517.121,54)	(1.218.190,01)	(517.121,54)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	2.227.201,05	2.227.201,05
Resultado Integral	-	-	1.231.864,56	(13.674,55)	(517.121,54)	1.009.011,04	1.710.079,51
Posição no fim do período 2013	8.528.400,00	100.620,52	(17.520.936,96)	21.313,59	4.860.103,49	2.227.201,05	(1.783.298,31)

O Técnico Oficial de Contas

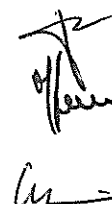


O Conselho de Administração


 Paulo Rodolfo Pereira
 Presidente

Notas explicativas ao Balanço em 30 de junho de 2014 e à Demonstração dos resultados do período findo naquela data

(Montantes expressos em Euros)



1 - Nota introdutória

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (“Empresa” ou “Docapesca”) é uma sociedade anónima, do Setor Empresarial do Estado, com sede em Lisboa e que, nos termos do Decreto-lei nº 107/90 de 27 de março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público de prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Setor da Pesca. A empresa tem como atividade principal a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infraestruturas de apoio a utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras atividades conexas.

Nos termos conjugados com o Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril, tem a Empresa a seu cargo assegurar a efetivação da Primeira Venda em Lota de todo o pescado fresco descarregado em portos do continente – salvaguardando o interesse público e assegurando a satisfação de necessidades impreteríveis da população – bem como o exercício de atividades complementares.

No âmbito das suas atribuições, a Docapesca é um prestador de serviços aos armadores e compradores de pescado, disponibilizando as infraestruturas necessárias (lotas) para a descarga dos barcos de pesca (receção de pescado), para a venda (efetuada por leilão ou por contrato de abastecimento) e para entrega aos compradores do pescado transacionado.

Em cumprimento da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril e Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro) a empresa procede à retenção de receitas públicas e à prestação de serviços institucionais, retendo – e entregando posteriormente ao Fisco – o IVA devido pelos comerciantes na compra de pescado (mais de 9 milhões de Euros por ano) e cativando, mediante descontos efetuados ao valor das vendas das embarcações de pesca local e costeira, as contribuições dos armadores/pescadores para a Segurança Social.

A Docapesca assegura, ainda, o pagamento aos armadores/compradores de pescado vendido em lota, assumindo por sua conta e risco a cobrança aos comerciantes, independentemente da sua efetiva realização, comerciantes estes a quem é permitida, de acordo com a legislação vigente (Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro), a aquisição de pescado a crédito.

Sendo a Primeira Venda em Lota de pescado fresco obrigatória em termos legais, sobre a mesma incidem taxas – de Primeira Venda, por serviços prestados e de registo – também fixadas legalmente (Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril, Portaria n.º 251/2008 de 4 de abril, Portaria n.º 495/2008 de 23 de julho e Portaria n.º 197/2006 de 23 de fevereiro) e que constituem receitas da Docapesca, que funciona como entidade reguladora, não comprando nem vendendo pescado.



A Primeira Venda de Pescado em Lota pode ser efetuada pelo sistema de leilão ou através de contratos de abastecimento: o sistema de leilão processa-se por contagem decrescente, sendo o pescado oferecido a uma multiplicidade de potenciais compradores, enquanto o contrato de abastecimento estabelece para o comprador um preço fixo durante um certo tempo, garantindo ao armador o escoamento do seu produto ao preço contratado.

No âmbito da *Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020* e com o objetivo de racionalizar e criar maior eficiência na gestão dos portos de pesca e marinas de recreio do território continental, a Docapesca, empresa na dependência do Ministério da Agricultura e do Mar, assumiu, a partir de 4 de fevereiro de 2014, com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, a administração daquelas infraestruturas portuárias, com todos os direitos, obrigações e posições jurídicas que se encontram afetos ao exercício das funções transferidas.

Com a entrada em vigor do citado diploma, a Docapesca sucedeu ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e nas marinas e portos de recreio que se encontravam sob jurisdição daquele Instituto, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca.

Não foi efetuada qualquer integração de bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca à data de 30 de junho de 2014: nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, a DGFT promoverá a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma. O processo relativo à avaliação do Património será desencadeado no segundo semestre.

A Docapesca é detida a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

2 - Caixa e seus equivalentes

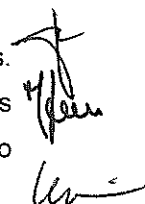
Em 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 30 de Junho de 2013, a rubrica de caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	30-06-2014	31-12-2023	30-06-2013
Numerário	94.783,55	23.345,73	348.260,28
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis			
- Banca comercial	1.409.950,31	909.095,45	1.137.968,85
- IGCP	2.168.386,73	400.707,47	1.762.689,69
Aplicações de tesouraria - IGCP	1.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
	<u>4.673.120,59</u>	<u>3.333.148,65</u>	<u>5.248.918,82</u>

Em 30 de Junho de 2013, o valor dos cheques em carteira está incluído na rubrica "Numerário".

As disponibilidades de tesouraria depositadas na banca comercial são as necessárias para o imediato pagamento aos armadores/pescadores, de acordo com a Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.



Ao valor de caixa a 30 de junho de 2014 foi deduzido o montante de 627.012,79 Euros, relativos a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (1 de julho).

Em 30 de junho de 2014 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Delegação	Total	Banca Comercial	IGCP
Aveiro	94.178,23	94.178,23	-
Figueira da Foz	39.781,24	39.781,24	-
Fuzeta	-	-	-
Matosinhos	167.188,99	167.188,99	-
Nazaré	-	-	-
Portimão	100.241,35	100.241,35	-
Sagres	60.692,86	60.692,86	-
Sede	3.044.383,85	875.997,12	2.168.386,73
Sines	61.358,92	61.358,92	-
Tavira	14.952,79	14.952,79	-
Peniche	78.009,10	78.009,10	-
Setúbal	-	-	-
Vila Real de Santo António	45.858,56	45.858,56	-
	<u>3.706.645,89</u>	<u>1.538.259,16</u>	<u>2.168.386,73</u>
Cascais	(3.501,82)	(3.501,82)	-
Figueira da Foz	-	-	-
Matosinhos	-	-	-
Olhão	(13.783,31)	(13.783,31)	-
Peniche	(13,72)	(13,72)	-
Portimão	-	-	-
Póvoa de Varzim	(66.636,71)	(66.636,71)	-
Sagres	-	-	-
Sesimbra	(40.235,44)	(40.235,44)	-
Setúbal	(4.137,85)	(4.137,85)	-
Sines	-	-	-
Tavira	-	-	-
Vila Real de Santo António	-	-	-
	<u>(128.308,85)</u>	<u>(128.308,85)</u>	<u>-</u>
	<u>3.578.337,04</u>	<u>1.409.950,31</u>	<u>2.168.386,73</u>

Os valores negativos apresentados são apenas contabilísticos, não correspondendo a endividamento bancário.

As reconciliações bancárias são efetuadas diariamente.

3 – Ativos fixos tangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



junho 2014

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
	43200000	43300000	43400000	43500000	45300000	45300000	
Ativos							
Saldo inicial	40.887.523,91	15.195.805,31	552.242,87	3.741.579,71	913.653,65	410.989,20	61.701.794,65
Aquisições	52.720,40	179.918,92	-	11.971,12	5.956,70	859.084,75	1.109.651,89
Alienações	(3.193,74)	(2,92)	-	-	-	-	(3.196,66)
Transferências	151.619,14	80.253,96	-	5.266,80	-	(237.139,90)	-
Abates	(88.348,92)	(142.706,76)	-	(13.702,92)	-	-	(244.758,60)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	41.000.320,79	15.313.268,51	552.242,87	3.745.114,71	919.610,35	1.032.934,05	62.563.491,28
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	31.149.412,21	12.341.891,82	541.092,01	3.461.152,35	643.933,01	-	48.137.481,40
Depreciações do exercício	983.824,88	305.121,67	2.908,92	67.679,67	61.786,43	-	1.421.321,57
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	(3.193,74)	(2,92)	-	(289,00)	-	-	(3.485,66)
Transferências	(87.330,68)	(140.914,62)	-	(13.413,92)	-	-	(241.659,22)
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	32.042.712,67	12.506.095,95	544.000,93	3.515.129,10	705.719,44	-	49.313.658,09
Ativos líquidos	8.957.608,12	2.807.172,56	8.241,94	229.985,61	213.890,91	1.032.934,05	13.249.833,19

2013

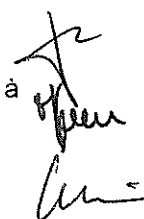
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	42.058.281,12	15.243.827,27	613.740,45	3.692.183,15	873.710,48	184.294,68	62.666.037,15
Aquisições	686.398,86	361.832,18	-	88.648,85	172.162,55	410.989,20	1.720.031,64
Alienações	-	(154.547,24)	(61.497,58)	(127,04)	-	-	(216.171,86)
Transferências	157.787,30	15.578,66	-	(28.049,20)	9.125,82	(184.294,68)	(29.852,10)
Abates	(2.014.943,37)	(270.885,56)	-	(11.076,05)	(141.345,20)	-	(2.438.250,18)
Saldo final	40.887.523,91	15.195.805,31	552.242,87	3.741.579,71	913.653,65	410.989,20	61.701.794,65
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	30.376.895,05	12.108.529,14	596.079,99	3.311.898,03	650.920,38	-	47.044.322,59
Depreciações do exercício	2.033.369,54	650.577,47	6.509,60	190.752,85	119.116,16	-	3.000.325,62
Alienações	-	(154.547,24)	(61.497,58)	(127,04)	-	-	(216.171,86)
Transferências	(153,55)	465,52	-	(30.317,62)	153,55	-	(29.852,10)
Abates	(1.260.698,83)	(263.133,07)	-	(11.053,87)	(126.257,08)	-	(1.661.142,85)
Saldo final	31.149.412,21	12.341.891,82	541.092,01	3.461.152,35	643.933,01	-	48.137.481,40
Ativos líquidos	9.738.111,70	2.853.913,49	11.150,86	280.427,36	269.720,64	410.989,20	13.564.313,25

No decurso do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", sendo as mais relevantes as relativas à Lota de Peniche (298.305,97 Euros), à Lota de Póvoa de Varzim (206.612,08 Euros), ao Mercado de segunda venda de Matosinhos (132.566,92 Euros) e à Captação de Água Salgada em Portimão (102.708,60 Euros).

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines e Portos de Setúbal e Sesimbra e APVC (Administração do Porto de Viana do Castelo – a partir de 1 de Abril de 2014).

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície.



Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 30
Equipamento básico	1 a 19
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	3 a 13
Outros ativos fixos	1 a 12

As depreciações de ativos fixos tangíveis reconhecidas no período, no montante de 1.465.352,48 Euros, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

4 – Propriedades de investimento

Até junho de 2013, a rubrica "Propriedades de investimento" compreendia um imóvel situado em Vila Real de Santo António, o qual se encontrava registado de acordo com o método do custo, no montante de 123.517 Euro, líquido de depreciações no montante de 54.845,28 Euros, e que se encontrava parcialmente arrendado.

Em dezembro de 2012, o referido imóvel foi avaliado em 223.603 Euros por uma entidade independente. O valor patrimonial tributário era de 146.066,46 Euros.

Ainda em 2013, o Conselho de Administração deliberou proceder à alienação da propriedade descrita, tendo sido a mesma reclassificada como "Ativo não corrente detido para venda" em 1 de Julho de 2013.

Em Abril de 2014, a propriedade foi efetivamente vendida pelo montante de 220.000 Euros, montante que ficou cativo, à ordem da Autoridade Tributária, por conta de um processo de execução fiscal intentado pela APFF (Administração do Porto da Figueira da Foz).

5 - Ativos intangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

30-06-2014

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	135.232,46	1.220.485,95	1.355.718,41
Aquisições	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	135.232,46	1.220.485,95	1.355.718,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	101.617,19	1.048.188,69	1.149.805,88
Depreciações do exercício	12.315,82	31.715,09	44.030,91
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	113.933,01	1.079.903,78	1.193.836,79
Ativos líquidos	21.299,45	140.582,17	161.881,62

31-12-2013

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	92.280,36	1.161.949,95	1.254.230,31
Aquisições	13.100,00	58.536,00	71.636,00
Transferências e abates	29.852,10	-	29.852,10
Saldo final	135.232,46	1.220.485,95	1.355.718,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	41.124,00	992.075,51	1.033.199,51
Depreciações do exercício	30.641,09	56.113,18	86.754,27
Transferências e abates	29.852,10	-	29.852,10
Saldo final	101.617,19	1.048.188,69	1.149.805,88
Ativos líquidos	33.615,27	172.297,26	205.912,53

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, no montante de 44.030,91 Euros, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

Vidas úteis

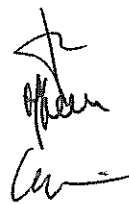
A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, tendo as amortizações sido calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

Não foi efetuada qualquer integração de bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca à data de 30 de junho de 2014: nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, a DGFT promoverá a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma. O processo relativo à avaliação do Património será desencadeado no segundo semestre.

6 – Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em

curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.



Em 30 de junho de 2014, a Empresa não efetuou qualquer estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício relativo ao período findo naquela data, tendo no entanto procedido aos ajustamentos dos impostos diferidos ativos e passivos e à estimativa mensal da Tributação Autónoma.

Em 30 de junho de 2014, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 28.428 Euros, sendo o exercício de 2014 o limite para a sua utilização

Impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no período findo em 30 de junho de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como segue:

	30-06-2014		31-12-2013	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	1.579.646,77	1.579.646,78	8.588,20	1.947.326,26
Subsídios reconhecidos no ano				
A receber		(58.208,00)		155.851,94
Recebido		58.208,00		72.873,32
Efeito fiscal da imputação a resultados dos subsídios recebidos (inclui o efeito de abates de ativos subsidiados)		(136.188,15)		(590.333,48)
Desconto financeiro de contas a pagar não correntes		-		(4.449,89)
Reservas de reavaliação		(940,23)		(1.621,38)
Prejuízos fiscais reportáveis	-		(8.588,20)	
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição	-		1.429.720,84	
Redução por revisão da avaliação atuarial em 2013	(226.322,03)			
Utilização em 2013	(16.936,21)		(80.055,96)	
Acordos de Concessão				
APA - Constituição	-		157.360,69	
APFF - Constituição	-		72.621,20	
	(243.258,24)	(137.128,38)	1.571.058,57	(367.679,49)
Saldo final	1.336.388,53	1.442.518,40	1.579.646,77	1.579.646,78

Os montantes relativos a impostos diferidos subdividem-se em:

- 30 de junho de 2014: subsídios ao investimento (1.440.931,52 Euros) e excedentes de revalorização (1.586,88 Euros);
- 31 de dezembro de 2013: subsídios ao investimento (1.577.119,67 Euros) e excedentes de revalorização (2.527,11 Euros).

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no período findo em 30 de junho de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como segue

Outras informações

- Liquidação adicional de IVA



Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros, na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. Registou-se um ganho de 4.784,87 Euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

- **Instituto Portuário do Sul**

Foi reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, em 2002, uma dívida no montante de 2.543.264,34 Euros.

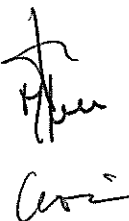
A Docapesca deduziu oposição (Recurso n.º 136/04, do Tribunal Central Administrativo) e solicitou a fixação do montante da garantia a prestar, com vista à suspensão da execução fiscal. O cálculo efetuado pela Direção-Geral dos Impostos, após inclusão de juros, custos e outros encargos, determinou o montante da garantia a prestar em 3.710.535,55 Euros.

A Docapesca apresentou, em 2003, Garantias Bancárias no valor total de 1.490.600,00 Euros, tendo também apresentado um conjunto de bens para penhora, cuja avaliação permitiu completar o valor determinado, e que incluem os equipamentos de produção de frio e de movimentação do Entrepasto Frigorífico de Lisboa, a Fábrica de Gelo de Lisboa e a Fábrica de Gelo de Aveiro. Tendo sido negado provimento ao recurso da Docapesca, foram iniciadas, através da tutela, negociações com o IPTM no sentido de suspender a execução destas garantias.

Em 5 de janeiro de 2007 a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento deste processo de execução fiscal pelo montante de 3.211.426,25 Euros, o que, de novo, contestou. Contudo, em 22 de fevereiro de 2007, a DGCI executou as garantias prestadas. Na sequência da notificação de execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva, com o objetivo de acordarem uma forma de resolução do processo que, sem quaisquer vicissitudes, esteve suspenso durante seis meses.

Em outubro de 2007 voltaram as partes a requerer a suspensão da execução, tendo então o Chefe do 7.º Serviço de Finanças pedido parecer prévio ao Departamento de Justiça Tributária, sobre o novo requerimento. Por despacho do Chefe de Finanças, de 19 de novembro de 2007, foi indeferida a prorrogação da suspensão da execução, tendo a Docapesca sido notificada de tal decisão em 21 de

novembro de 2007 e também para proceder, em quinze dias, ao integral pagamento do montante de 3.313.156,85 Euros. Deste despacho de indeferimento recorreu a Docapesca para o Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa. Entretanto, foi pedido novo prazo de suspensão e as partes (Docapesca e IPTM) chegaram a acordo, no qual fixaram a dívida em 2.543.264,40 Euros com perdão total de juros de mora e pagamento em prestações.



Por despacho do Chefe de Finanças, de 2 de abril de 2008, foi indeferido o pedido de pagamento em treze prestações semestrais. O Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa veio confirmar, em 15 de julho de 2008, o despacho recorrido do Chefe de Finanças. Em 26 de setembro de 2008, a Docapesca apresentou no 7.º Serviço de Finanças de Lisboa um pedido de apreciação do acordo de pagamento entre a Docapesca e o IPTM. Em 15 de setembro de 2009, foi iniciado o pagamento da dívida, junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa, conforme acordo celebrado com o IPTM. Nesta data, a Docapesca efetuou o pagamento das custas do processo e das três primeiras prestações semestrais, de 195.635,72 Euros, já vencidas em 30 de abril e 30 de outubro de 2008 e em 30 de abril de 2009. Desde 30 de outubro de 2009 foram efetuados regularmente os pagamentos das prestações semestrais. A última prestação, prevista para 2014, foi reduzida em 46.127,70 Euros, para 149.508,02 Euros, pelo Serviço de Finanças 7, que considerou a liquidação do montante obtido pela Docapesca na venda dos equipamentos e demais sucata resultante da demolição das suas instalações no Porto de Pesca de Pedrouços antes da entrega à Administração do Porto de Lisboa. Foi decidido proceder-se à antecipação do pagamento da última prestação devida em abril de 2014, que foi efetivamente paga em Dezembro de 2013, o que permitiu a libertação das garantias bancárias existentes no montante de 1.490.600 Euros e a consequente conclusão do processo.

- **Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)**

Foram reclamadas pelo IPTM, em 2008, cinco dívidas pelos montantes de 919.445,05, 499.557,06, 593.848,17, 119.004,97 e 1.820.925,44 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Todos estes processos foram objeto de arguição de nulidade do título executivo e de citação, inconstitucionalidade de taxa que originou a dívida exequenda e de todo o processo tributário, tendo sido igualmente deduzida oposição à execução fiscal, em 5 de setembro de 2008.

Foi reclamada pelo IPTM, em 16 de dezembro de 2009, uma nova dívida pelo montante de 2.770.933,97 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. A Docapesca deduziu oposição à execução fiscal em 1 de fevereiro de 2010.

Este Instituto foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de Janeiro.

Tendo a Docapesca sucedido ao IPTM, IP, com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de Fevereiro, solicitou a extinção dos processos relativos à taxa de movimentação de pescado,



demonstrando a confusão entre credor e devedor; de entre os diversos processos, já houve decisão favorável à Docapesca relativamente a três, aguardando-se o seu trânsito em julgado.



- **Administração do Porto de Aveiro**

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em 2008, uma dívida no montante de 995.291,28 Euros, acrescida de 11.865,89 Euros relativos a juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Este processo foi objeto de oposição à execução fiscal, em 12 de junho de 2008, tendo sido a Docapesca notificada para prestar garantias. Entretanto, o estabelecimento Docapesca foi penhorado na sua universalidade não tendo, no entanto, este processo ficado inicialmente abrangido por esta penhora. Na sequência, o 6.º Serviço de Finanças de Lisboa procedeu à penhora de créditos de oito clientes (rendas e/ou outros rendimentos periódicos) para pagamento da dívida.

Foram reclamadas pela Administração do Porto de Aveiro, em março e dezembro de 2009, duas novas dívidas pelos montantes de 273.322,67 e 253.232,60 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em abril de 2010, uma nova dívida referente ao ano de 2009 pelo montante de 479.589,72 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em agosto de 2011, uma nova dívida tendo por base certidão de dívida por taxas de movimentação de pescado do ano de 2010 e de janeiro a março de 2011, pelo montante de 295.537,20 Euros, acrescida de juros de mora e custas, tendo sido pedida a suspensão com prestação de garantia. Em dezembro de 2011, foi reclamada nova dívida, pelo montante de 88.613,69 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Foi reclamada pela Administração do Porto de Aveiro, em janeiro de 2012, uma nova dívida referente ao período de agosto e setembro do ano de 2011 pelo montante de 48.244,07 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. Em março de 2012, nova dívida referente a outubro, novembro e dezembro de 2011 pelo montante de 73.572,67 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. Em junho de 2012, nova dívida referente ao período de janeiro e fevereiro de 2012 pelo montante de 44.495,63 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. Em outubro de 2012, nova dívida referente a faturas de março, abril e maio do ano de 2012, pelo montante de 68.260,57 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. Em dezembro de 2012, nova dívida referente a faturas de junho, julho e agosto do ano de 2012 pelo montante de 67.164,57 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.



Foram ainda reclamadas pela APA, em fevereiro de 2013, uma nova dívida referente ao período de setembro a novembro de 2012, pelo montante de 61.654,52 Euros, acrescidos de juros de mora e custas e, em maio de 2013, nova dívida referente aos meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013, pelo montante de 34.554,39 Euros, acrescidos de juros e custas.

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com a administração portuária de Aveiro, tendentes à celebração de contratos de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes, que se estima concluir no segundo semestre de 2014.

- **Administração do Porto de Figueira da Foz**

Foi reclamada pela APFF, em fevereiro de 2013, uma dívida a título de taxas de movimentação de pescado, no período de janeiro de 2009 a agosto de 2012, pelo montante de 358.405,55 Euros, acrescidos de juros de mora e custas e, em maio de 2013, nova dívida, no período de setembro a novembro de 2012, no montante de 28.176,09 Euros, acrescidos de juros de mora e custas.

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com a administração portuária da Figueira da Foz, tendentes à celebração de contratos de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes, que se estima concluir no segundo semestre de 2014.

- **Autoridade Tributária e Aduaneira**

Foi apresentada em 2012 uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 Euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeita ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

7 - Inventários

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:



	30-06-2014			30-06-2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia liquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia liquida
Mercadorias	192.172,82	(3.091,28)	189.081,54	232.781,18	(3.091,28)	229.689,90
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	67.855,47	(20.612,42)	47.243,05	57.167,10	(20.612,42)	36.554,68
Produtos acabados e intermédios	3.730,74	-	3.730,74	3.730,74	-	3.730,74
	<u>263.759,03</u>	<u>(23.703,70)</u>	<u>240.055,33</u>	<u>293.679,02</u>	<u>(23.703,70)</u>	<u>269.975,32</u>

8 – Ativos Financeiros

Clientes e outras contas a receber

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2014			31-12-2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada liquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada liquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	7 078 458,85	(72 598,92)	7 005 859,93	5 873 338,36	(82 680,75)	5 790 647,61
Devedores duvidosos	2 661 119,42	(2 661 119,42)	-	2 661 243,44	(2 661 243,44)	-
Devedores diversos	734 521,66	(10 000,00)	724 521,66	544 871,62	-	544 871,62
Valores em caixa - Viana do Castelo	171 113,36	(171 113,36)	-	171 113,36	(171 113,36)	-
Subsídios ao investimento a receber	398 546,69	-	398 546,69	638 130,35	-	638 130,35
Outros	301 720,85	(6 087,40)	295 633,45	66 726,91	(6 087,40)	60 639,51
	<u>11 345 480,83</u>	<u>(2 920 919,10)</u>	<u>8 424 561,73</u>	<u>9 953 424,04</u>	<u>(2 921 134,95)</u>	<u>7 032 289,09</u>
Acréscimos de proveitos						
Outros	76 746,56	-	76 746,56	62 731,32	-	62 731,32
	<u>76 746,56</u>	<u>-</u>	<u>76 746,56</u>	<u>62 731,32</u>	<u>-</u>	<u>62 731,32</u>
	<u>11 422 227,39</u>	<u>(2 920 919,10)</u>	<u>8 501 308,29</u>	<u>10 016 155,36</u>	<u>(2 921 134,95)</u>	<u>7 095 020,41</u>

9 - Diferimentos

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as rubricas do ativo e passivo correntes "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2014	31-12-2013
Diferimentos ativos		
Combustíveis	30.457,35	42.503,75
Seguros diversos	41.759,14	47.539,28
Manutenção de licenças (Software)	9.645,43	5.051,25
Seguros de acidentes de trabalho	14.897,39	-
Renda do Edifício da Sede	20.862,54	20.862,54
Diversos custos diferidos	7.810,39	8.657,29
	<u>125.432,24</u>	<u>124.614,11</u>
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8.750,26	8.750,26
Ced.Explor. Entrepoto Frigorífico Peniche	3.750,00	11.250,00
Indemnizações a receber	30.096,63	32.903,83
Diversos ganhos	-	381,67
	<u>42.596,89</u>	<u>53.285,76</u>

As indemnizações a receber, à data de 30 de junho de 2014, correspondem a sinistros ocorridos em 2013 em Matosinhos (7.018,00 Euros), em Aveiro (15.781,70 Euros) e na Figueira da Foz (7.296,93 Euros).

10 – Instrumentos de Capital Próprio

Em 30 de junho de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros cada. O capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Excedentes de revalorização: Esta rubrica resulta da reavaliação do ativo fixo tangível, efetuada em 1992, nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido positivo anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante legalmente exigível. Por deliberação do acionista único (Estado Português – Direção Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 31 de março de 2014, a totalidade do resultado líquido positivo obtido em 2013 foi aplicada em resultados transitados.

11 – Subsídios recebidos relativos a projetos cofinanciados

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

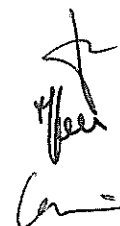
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	19.590.411,67	300.560,01	-	555.348,58	13.460.206,15
Subsídio a devolver		(62.976,35)			
Ativos tangíveis abatidos		-	-	-	-
	<u>19.590.411,67</u>	<u>237.583,66</u>	<u>-</u>	<u>555.348,58</u>	<u>13.460.206,15</u>

No 1.º semestre de 2014 a Docapesca recebeu subsídios no montante de 237.583,66 Euros relativos aos projetos de requalificação das lotas de Viana do Castelo e Matosinhos e às Novas Lotas de Vila do Conde e Vila Praia de Âncora.

O valor efetivamente recebido foi de 300.560,01 Euros, mas foi processado em excesso (em todos os projetos referidos), pelo que foi contabilizado como subsídio a devolver o montante de 62.976,35 Euros.

Durante o primeiro semestre, a Docapesca submeteu, no Portal do IFAP, nove Pedidos de Pagamento de subsídio, no valor total de 577.349,58 Euros, relativamente aos quais se estima vir a receber o subsídio correspondente, no valor total de 393.156,96 Euros, conforme detalhe que se segue

	Pedido de Pagamento	Montante Declarado	Taxa de Participação	Subsídio
Venda Online - Sesimbra	Último	42.026,23	46,41%	19.504,37
Venda Online - Peniche	Último	31.577,72	75,00%	23.683,29
HACCP Matosinhos	Intercalar	76.944,33	75,00%	57.708,25
HACCP Peniche	Primeiro	107.780,58	75,00%	80.835,44
HACCP Póvoa de Varzim	Primeiro	68.187,40	75,00%	51.140,55
HACCP Figueira da Foz	Primeiro	115.800,00	75,00%	86.850,00
HACCP Nazaré	Primeiro	28.014,79	75,00%	21.011,09
Captação Água Salgada Portimão	Primeiro	90.768,53	45,00%	40.845,84
Produção de 13 Programas de Difusão	Último	16.250,00	71,25%	11.578,13
		577.349,58		393.156,96



O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 555.348,58 Euros, foi registado na demonstração dos resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

A Docapesca reconheceu, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, impostos diferidos relativos aos subsídios recebidos, no montante de 1.440.931,52 Euros e 1.577.119,67 Euros, respetivamente, os quais se encontram registados na rubrica "Passivos por impostos diferidos".

12 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

O movimento das provisões no decurso do período findo em 30 de junho de 2014 é detalhado conforme se segue:

	30-06-2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	
Taxa de movimentação de pescado IPTM	9.121.979,14	31.721,78	-	-	-	9.153.700,92
Taxa de movimentação de pescado APA	1.957.734,96	76.229,86	-	-	-	2.033.964,82
Taxa de movimentação de pescado APVC	86.918,04	4.000,57	-	-	-	90.918,61
Taxa de movimentação de pescado APFF	296.413,05	22.029,63	-	-	-	318.442,68
Liquidação adicional - IVA	-	-	-	-	-	-
Falhas de caixa em Viana do Castelo	-	-	-	-	-	-
Saque indevido sobre BPI	-	-	-	-	-	-
Taxa de movimentação de pescado IPTM 2010/2011	37.909,58	-	-	-	-	37.909,58
Edificações IPTM	489.880,37	6.804,34	-	-	-	496.684,71
Autoridade Tributária - Provisão para ISP	140.110,56	-	-	-	-	140.110,56
Roubo do Cofre de Setúbal	-	-	-	-	-	-
	12.130.945,70	140.786,18	-	-	-	12.271.731,88

Os aumentos de provisões, no montante de 140.786,18 Euros, foram registados na demonstração dos resultados na rubrica de provisões.

Os aumentos de provisões para taxa de movimentação de pescado IPTM, APVC e APFF, dizem respeito a 0,55% do valor do pescado transacionado nas respetivas lotas, no decurso do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 (apenas janeiro no caso do IPTM – dada a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro a 4 de fevereiro- e apenas janeiro a março no caso da APVC – dada a celebração do contrato de Concessão em 25 de Março e a sua entrada em vigor a 1 de abril), equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores em lota.



O aumento da provisão para taxa de movimentação de pescado APA diz respeito a 1,5% do valor do pescado transacionado na lota de Aveiro, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os compradores nesta lota.

O aumento da provisão para Edificações IPTM diz respeito a 0,5% do valor do pescado transacionado nas lotas de Olhão e Portimão (apenas em Janeiro – dado o Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro), e tem por base os protocolos com o IPTM (ex-Juntas Autónomas) celebrados em 1987 e terminados em 4 de fevereiro.

13 – Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio por morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefícios definidos:

PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 65 anos para os homens e para as mulheres.

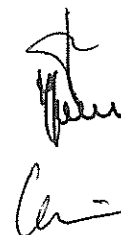
Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$\begin{aligned} PD &= B \times SPL - PSS - PF \\ \text{Max PD} &= SPB - PSS \end{aligned}$$



Em que: PD = Pensão de reforma mensal DOCAPESCA
 SPL = Salário pensionável líquido
 PSS = Pensão mensal a cargo da Segurança Social
 PF = Pensão a cargo do Fundo de Pensões
 SPB = Salário pensionável bruto
 B = % Benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de Benefício
≥ 30	100%
≥ 25 e < 30	90%
≥ 20 e < 25	80%
< 20	75%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- **Fundo de Pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ €}$$

Em que: PF = Pensão de reforma mensal a cargo do Fundo
 SPL = Salário pensionável líquido
 PSS = Calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

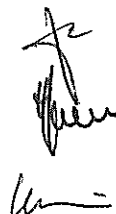
B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de Reforma



Os trabalhadores que passem à situação de reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:



Número de anos de Serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
$N < 20$	1 X salário mensal	-----
$20 \leq N < 25$	2 X salário mensal	1 X salário mensal
$25 \leq N < 30$	3 X salário mensal	1 X salário mensal
$30 \leq N < 35$	6 X salário mensal	2 X salário mensal
$35 \leq N$	6 X salário mensal	3 X salário mensal

Idade normal de reforma: 65 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis a partir de 2011.

Subsídio por Morte

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 X salário mensal
Morte na reforma	3 X complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis a partir de 2011.



Pensões de Sobrevivência

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de Filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da Empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da Empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da Empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis a partir de 2011.

Plano de Pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 17 de abril de 2014 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2013	2012
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento do fundo	3,00%	3,75%
Taxa de retorno real dos ativos do fundo	2,80%	4,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 o movimento ocorrido nas responsabilidades por benefícios pós-emprego e as responsabilidades para fazer face a estas responsabilidades, são como segue:




	30-06-2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Utilizações	Saldo final
Responsabilidade / Provisões para benefícios pós-emprego	5.508.835,33	75.000,00	1.067.889,88	4.515.945,45
	5.508.835,33	75.000,00	1.067.889,88	4.515.945,45

As utilizações realizadas no decurso do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, dizem respeito aos pagamentos efetuados pela Empresa ao BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. relativas às responsabilidades assumidas diretamente pela Docapesca, bem como à correção do valor da provisão decorrente da legislação publicada em 31 de Dezembro de 2013 (Decreto-Lei n.º 167-E/2013 e Portaria 378-G/2013) que estabelecem a idade de reforma de 66 anos (em 2014 e 2015) e o aumento da idade de reforma de acordo com a evolução da esperança de vida (a partir de 2016). Esta alteração produziu uma redução substancial no valor da Provisão para Pensões (934.033 Euros), com a respetiva contrapartida em Resultados transitados.

14 - Passivos Financeiros

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	30-06-2014	31-12-2013
Fornecedores, conta corrente:	797.504,17	582.788,43
Fornecedores, combustíveis	30.457,35	42.503,75
Fornecedores - retenções	8.597,15	11.649,67
Fornecedores, fat. em receção e conferência	8.799,17	19.526,60
	845.357,84	656.468,45

À data de fecho do primeiro semestre de 2014, não existiam dívidas em pagamento com prazo superior a 90 dias.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	30-06-2014			31-12-2013		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	BPI	-	-	-	1.100.000,00	-	-
Descoberto bancário	Millenium BCP	-	-	-	400.000,00	-	-
Descoberto bancário	Millenium BCP	1.250.000,00	-	-	-	-	-
Conta caucionada	BES	-	-	-	750.000,00	-	-
Conta caucionada	Millenium BCP	750.000,00	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	CGD	167.485,20	167.485,20	-	334.970,43	334.970,43	-
Outros descobertos bancários		-	-	-	-	-	-
		2.167.485,20	167.485,20	-	2.584.970,43	334.970,43	-
		2.167.485,20	167.485,20	-	2.584.970,43	334.970,43	-

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das

instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013, tendo aberto uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou em junho de 2014 a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um descoberto em depósitos á ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de Junho de 2014.

A cessão de créditos, no montante de 167.485,20 Euros, diz respeito à última prestação semestral da dívida à APL relativa à regularização das taxas dominiais devidas pela Empresa pela ocupação do edifício Vasco da Gama (de 2003 a 2009), tendo esta dívida sido cedida à CGD.

15 – Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as rubricas "Outras contas a pagar", corrente e não corrente, apresentavam a seguinte composição:

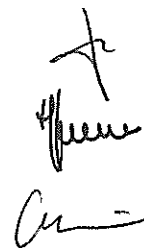
	30-06-2014	31-12-2013
Outras contas a pagar (não corrente):	-	-
IPTM - Instituto. Portuário do Sul	-	-
Outras contas a pagar (corrente):	9.543.030,81	7.567.248,64
Cativações a armadores	2.471.187,19	2.089.925,07
Cauções	1.507.695,63	1.729.594,67
Armadores - marés	2.248.185,60	761.666,52
Reserva pessoal dos armadores	987.758,76	639.829,73
Armadores - Segurança Social	13.092,18	14.401,25
Fornecedores de investimento	393.442,70	500.305,71
IPTM - Instituto. Portuário do Sul	-	-
Outros	564.806,96	428.069,56
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1.006.133,61	1.133.447,86
- Água	7.784,73	2.731,04
- Electricidade	95.928,24	101.971,83
- Apoio jurídico	-	27.730,00
- Diversos	247.015,21	137.575,40
	<u>9.543.030,81</u>	<u>7.567.248,64</u>

Em 30 de junho de 2014 a rubrica "Outras contas a pagar" correntes é composta essencialmente pelas cativações efetuadas aos armadores e os montantes a pagar aos armadores-marés, nos montantes de 2.471.187,19 Euros e 2.248.185,60 Euros, respetivamente. Na rubrica "Cativações a armadores" a Empresa reconhece os montantes retidos aos armadores relativos aos seus encargos com a Segurança Social, descontados em Lota, os quais são posteriormente entregues por conta destes à Segurança Social.

A rubrica "Armadores – marés" diz respeito ao valor do pescado transacionado em lota e ainda não liquidado pela Docapesca aos armadores. O aumento desta rubrica deve-se essencialmente ao aumento do pescado transacionado no mês de junho de 2014 comparativamente ao apurado no mês de dezembro de 2013. O prazo de pagamento das Notas de Liquidação/marés é inferior a 7 dias.

16 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:



	30-06-2014		31-12-2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado		-		81728,17
Pagamento especial por conta	13.758,15	-	95.486,32	-
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	-	-	-
Imposto Estimado Tributação Autónoma	-	-	-	-
Pagamento adicional por conta	47.559,00	-	47.559,00	-
Pagamento por conta	200.558,97	-	200.558,97	-
Derrama municipal a pagar	-	-	-	16.772,07
Derrama estadual a pagar	-	-	-	-
Tributação autónoma a pagar	-	7.468,93	-	13.228,69
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	816,19	-	3.872,88	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	103.084,14	-	105.478,99
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.805.134,20	-	1.353.166,15
Contribuições para a Segurança Social	-	222.085,46	-	202.896,15
Outros impostos	-	-	-	-
	<u>262.692,31</u>	<u>2.137.772,73</u>	<u>347.477,17</u>	<u>1.773.270,22</u>

A variação na rubrica de Estado e outros entes públicos passivos deve-se, essencialmente, ao montante de IVA a pagar decorrente da sazonalidade das vendas.

17 - Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

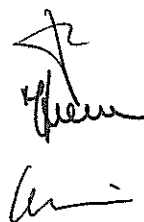
	30-06-2014	30-06-2013
Vendas:		
- Venda de gelo	503.717,52	507.295,24
- Venda de combustíveis	648.266,10	744.252,45
- Venda de aprestos de pesca	49.573,68	81.394,09
- Venda de lubrificantes	23.623,18	45.087,30
- Venda de baterias	3.856,73	4.469,93
- Venda de comandos	13.550,00	11.400,00
- Venda de embalagens	9.008,82	750,03
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	6.963.655,90	6.967.505,07
- Serviços dos portos de pesca	1.693.281,75	1.716.687,92
- Outros	130.340,03	74.803,49
	<u>10.038.873,71</u>	<u>10.153.645,52</u>

No decurso do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, as vendas e prestações de serviços diminuíram comparativamente ao período homólogo no montante de 114.771,81 Euros, o qual se deveu essencialmente à diminuição do valor das vendas de aprestos e de combustíveis.

18 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Eletricidade	460.070,97	458.296,66
Limpeza, higiene e conforto	469.742,17	432.682,31
Conservação e reparação	364.067,28	311.049,85
Vigilância e segurança	258.352,73	272.651,25
Serviços de mão-de-obra externa	225.131,50	167.240,17
Água	136.890,98	86.676,60
Trabalhos especializados	193.117,66	162.172,62
Comunicação	79.076,35	250.302,38
Honorários	26.678,34	16.350,86
Rendas e alugueres	92.725,23	76.472,20
Serviços postos vendagem	291.496,97	198.681,74
Seguros	48.548,52	73.709,82
Outros	290.281,66	124.671,93
	<u>2.936.180,36</u>	<u>2.630.958,39</u>



19 – Gastos com o Pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Remunerações dos órgãos sociais	93.523,58	102.918,55
Remunerações do pessoal	3.720.881,80	4.509.613,40
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos	75.000,00	174.412,50
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	854.756,70	1.034.471,59
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	35.321,25	35.540,40
Gastos de ação social	74.806,79	76.494,63
Gastos com formação	11.040,33	26.348,03
Outros	18.062,47	20.692,63
	<u>4.883.392,92</u>	<u>5.980.491,73</u>

A redução nos gastos com pessoal deve-se, essencialmente, à reintrodução, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores que auferem salários acima de 1.100 Euros mensais, conforme determinado pelo Acórdão do Tribunal Constitucional. A Empresa procedeu ao registo do gasto com o subsídio de férias e respetivos encargos a pagar em 2013, em maio de 2013, uma vez que não havia registado o custo no final do ano de 2012, de acordo com o Ofício Circular n.º 7896 de 8 de outubro de 2012, da DGTF, que continha indicações no sentido da suspensão do pagamentos dos subsídios de férias a pagar em 2013 e em 2014. Esta situação não produziu idênticos efeitos em 2014.

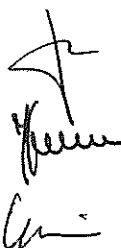
Na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 31 de Maio, as remunerações do mês de Junho foram já processadas sem as reduções previstas originalmente no Orçamento do Estado para 2014.

Os gastos com o pessoal identificados correspondem a 438 trabalhadores (número médio). Relativamente ao disposto no Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro, não se procedeu ainda à integração de qualquer trabalhador oriundo do IPTM.

20 - Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é conforme se segue:





	30-06-2014	30-06-2013
Ativos fixos tangíveis	1.421.321,57	1.469.557,17
Ativos Intangíveis	44.030,91	42.581,07
Propriedades de investimento	-	4.570,44
	<u>1.465.352,48</u>	<u>1.516.708,68</u>

21 – Outros Rendimentos e Ganhos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos de propriedades de investimento	1.445,01	2.890,02
Outros rendimentos suplementares		
- Energia elétrica	70.520,76	67.642,12
- Água	35.091,54	36.474,45
- Cedência de exploração	41.196,76	59.684,70
- Outros	76.586,58	76.242,05
Descontos de pronto pagamento obtidos	261,20	792,83
Ganhos em ativos fixos tangíveis	373,77	12.334,36
Ganhos em ativos não correntes detidos para venda	96.482,13	-
Ganhos em inventários	-	-
Subsídios do Governo ao investimento	555.348,58	1.211.002,37
Outros rendimentos e ganhos - Excesso estimativa água	-	-
Outros	5.794,40	14.099,95
	<u>883.100,73</u>	<u>1.481.162,85</u>

O montante registado na rubrica de outros rendimentos suplementares está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da revenda de energia elétrica e água potável (líquidos dos respetivos gastos suportados pela empresa), bem como de água salgada, cedências de exploração dos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche e serviços de abastecimento de combustíveis.

22 – Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Impostos e taxas	24.608,82	26.059,08
Cedência de exploração	131.010,12	209.907,55
Concessões de portos de pesca	202.452,02	205.991,90
Perdas em ativos fixos tangíveis	19.235,38	754.589,59
Perdas em inventários	27,50	374,00
Outros	41.674,92	38.213,60
	<u>419.008,76</u>	<u>1.235.135,72</u>

As perdas em ativos tangíveis em 2013 resultam do abate dos armazéns de comerciantes de Aveiro, construídos pela Docapesca no Porto de Pesca de Aveiro e que reverteram para a APA com o termo do respetivo contrato de concessão.



23 – Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	30-06-2014		30-06-2013	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	2.867,78		8.694,13	
Locações financeiras	-		-	
Outros financiamentos	127,21	2.994,99	94,96	8.789,09
Outros gastos de financiamento				
Comissões e encargos similares	15.437,44		17.631,89	
Garantias bancárias	2.062,51		14.839,44	
Atualização de dívidas	-	17.499,95	8.395,98	40.867,31
		<u>20.494,94</u>		<u>49.656,40</u>

Para o período findo em 30 de junho de 2014, e em comparação com igual período do ano anterior, verificou-se uma diminuição substancial no valor dos custos financeiros, principalmente por redução muito significativa dos encargos com as garantias bancárias prestadas, por resolução de um dos processos (IPTM) de dívida em cobrança, pela opção, com perdão de juros, do pagamento relativo à liquidação adicional de IVA e pela devolução de duas garantias prestada à ex-DGPA relativas a financiamentos PIDDAC.

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	30-06-2014		30-06-2013	
Juros obtidos				
Depósitos - Caixa de Crédito Agrícola Peniche	-		2,58	
Depósitos - IGCP	1.971,90		2.537,48	
Depósitos - Outros	-		-	
Juros de Mora	5.115,10		25.682,82	
Juros de adiantamentos sobre vendas	261,08	7.348,08	13,43	28.236,31
Outros rendimentos similares				
Distribuição de resultados - C.C.A.M.	4,78	4,78	6,08	6,08
		<u>7.352,86</u>		<u>28.242,39</u>

24 – Resultados nas novas competências da Docapesca (ex-IPTM)

Dada a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro e a decorrente assunção, pela Docapesca, das competências na gestão dos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sob jurisdição do IPTM, apresenta-se a Demonstração de Resultados desagregada por Novas competências (ex-IPTM) e Docapesca (competências iniciais):

Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 30 de junho de 2014

Rendimentos e Gastos	Unidade: Euros	
	IPTM	Docapesca
Vendas	-	1.251.596,03
Serviços prestados	59.490,32	8.727.787,36
Primeira venda de pescado	-	6.963.655,90
Serviços dos portos de pesca	19.584,60	1.673.697,15
Gestão dominial	26.208,91	-
Serviços secundários	-	87.345,42
Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	-	-
Comissões de Cobrança	13.696,81	37.293,93
Descontos e abatimentos	-	(34.205,04)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(772.436,27)
Fornecimentos e serviços externos	(26.304,12)	(2.909.876,24)
Gastos com o pessoal	(186,55)	(4.883.206,37)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	16.234,43
Provisões (aumentos/reduções)	-	(140.786,18)
Outros rendimentos e ganhos	-	883.100,73
Outros gastos e perdas	(540,00)	(418.468,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	32.459,65	1.753.944,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(369,01)	(1.464.983,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	32.090,64	288.961,26
Juros e rendimentos similares obtidos	-	7.352,86
Juros e gastos similares suportados	-	(20.494,94)
Resultado antes de impostos	32.090,64	275.819,18

Não se tendo ainda efetivado a integração total das novas competências, nomeadamente com a assunção dos custos em pessoal e em grande parte dos fornecimentos e serviços externos, o impacto das mesmas foi, até 30 de Junho de 2014, diminuto. Contudo, é expectável que esta situação se altere significativamente no segundo semestre de 2014, com a progressiva concretização do processo de transferência de competências.

25 – Processos em Contencioso - IPTM

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro, diploma que entrou em vigor no dia 4 de Fevereiro, ficou determinado que a Docapesca sucede ao IPTM nas funções de autoridade portuária e na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, pelo que, no que diz respeito aos processos judiciais em curso, em que é parte o IPTM, ficou a Docapesca colocada na mesma posição em que este Instituto se encontrava.

Relativamente aos processos transitados para a Docapesca, destacam-se os seguintes:

A - Construtora San José, S.A. - Processo n.º 27443/11.4BEPRT, que corre termos no TAF de Loulé, com o valor de 290.601,64 Euros.

Trata-se de uma ação com origem numa injunção requerida pela Construtora San José, S.A., pedindo ao IPTM o pagamento do valor referido, com base num contrato de empreitada de "Construção de Instalações Terrestres do Porto de Pesca de Quarteira".

B – Mota-Engil, S.A. – Processo n.º 873/13.7BELLE, que corre termos no TAF de Loulé, com o valor de 729.457,00 Euros.

Trata-se de ação em que a Mota-Engil, S.A. reclama ao IPTM o pagamento do valor referido, com base num contrato de empreitada de “Construção da Doca de Recreio de Pesca Artesanal de Olhão”.

C – Fingelo, S.A.

Esta empresa, concessionária, no Porto de Pesca de Olhão, de um espaço onde implantou uma fábrica de gelo tem, desde há vários anos, um litígio, primeiro com a JAPSA (Junta Autónoma dos Portos do Sotavento Algarvio) e IPS (Instituto Portuário do Sul) e, atualmente, com o IPTM, uma vez que alega que este não cumpriu o referido contrato, pois permitiu que fosse comercializado livremente gelo de outras proveniências, apesar de se ter obrigado a conceder o exclusivo da fabricação, comercialização e fornecimento de gelo, no Porto de Olhão.

Esta questão deu origem a vários processos judiciais.

1 - em 1997 a Fingelo sujeitou a questão ao Tribunal Arbitral, pedindo as seguintes indemnizações:

- a) A quantia de Esc.: 33.512.610\$00, por não lhe ter sido garantido o exclusivo de fabricação, comercialização e fornecimento de gelo, no Porto de Olhão, nos anos de 1994, 1995 e 1996;
- b) A importância de Esc.: 2\$00 por quilo de gelo que foi utilizado dentro do Porto de Olhão e na medida em que excedesse a tonelagem calculada para o apuramento do valor constante da alínea a), que quantificou em Esc.: 17.000.000\$00

A JAPSA foi condenada a pagar, de imediato, uma indemnização à Fingelo e ainda numa indemnização que se viesse a liquidar em execução de sentença, calculada à razão de 30% do valor da venda ao público do gelo introduzido por empresas concorrentes da Fingelo no Porto de Olhão, durante o ano de 1997 e até que se mostrasse assegurado pela JAPSA o exclusivo da comercialização e fornecimento.

2 – Como a JAPSA continuou a não garantir a exclusividade e tendo por base a sentença proferida pelo Tribunal Arbitral, a Fingelo intentou uma ação (incidente de liquidação) que correu termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Olhão sob o n.º 65/1998, no valor de 256.250,94 Euros. A JAPSA foi condenada a pagar a quantia de 132.952,98 Euros, a que acresciam juros de mora.

3 – Com os mesmos fundamentos foi intentado, pela Fingelo, em 2008, novo incidente de liquidação, Processo n.º 65-A/1998, tendo o IPTM sido condenado a pagar à Fingelo a quantia de 122.988,35 Euros, acrescida de juros de mora.

4 – A Fingelo intentou, em Janeiro de 2014, novo incidente de liquidação, Processo n.º 65-B/1998, no valor de 490.344,18, tendo o IPTM sido notificado para se opor, no dia 3 de Julho de 2014.

5 – A par destes processos corre também uma ação intentada pelo IPTM contra a Fingelo, no Tribunal Judicial de Faro, Processo n.º 166/07.9TBFAR – 1.º Juízo Cível, no valor de 216.746,76 Euros, por falta de pagamento de taxas de ocupação.

A Docapesca foi entretanto informada de que o mandatário do IPTM deu entrada, nos respetivos tribunais, de dois requerimentos para habilitar a Docapesca a intervir como Ré nas ações intentadas pela Mota-Engil e pela Construtora San José.

Assim, terá a Docapesca que constituir mandatário nos supra referidos processos.

26 – Responsabilidades contingentes

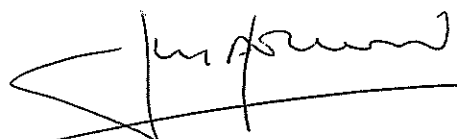
Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2013 (3)	Nota (4)	Quantificável (5)	Probabilidade de ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte temporal (8)	Observações (9)
Contencioso	Juros calculados pela Administração Fiscal decorrentes da execução fiscal promovida pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e pela Administração do Porto de Aveiro e referentes a taxas de movimentação de pescado cuja aplicação à Docapesca foi contestada porque dela são sujeitos passivos os utentes dos Portos (comerciantes de pescado) e não a própria Docapesca	Sim	Notas 1, 14, 17 e 30	Sim	Processos em Tribunal. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e nas marlinas e portos de recreio que se encontravam sob jurisdição daquele Instituto, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca. No quadro das negociações em curso com a APA e a APFF visando o estabelecimento de novas concessões, também se está a equacionar a suspensão do atual contencioso em torno das taxas de movimentação de pescado.	4.824.912,28	n. a.	
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Notas 29 e 30	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	266.392,21	n. a.	Destinam-se a caucionar fornecimentos (225.000,00) e diversos (41.392,21)

Lisboa, 30 de julho de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

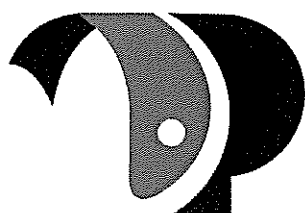


O Conselho de Administração


 Para basear
 André Cayula

Aprovado
31-7-2014


Presidente
Mário



DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

Relatório de Atividades

1.º Semestre de 2014

30-07-2014

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA I

SEGURANÇA E QUALIDADE ALIMENTAR

Reforço das condições de segurança e qualidade alimentar, nos edifícios, equipamentos e procedimentos da empresa.




OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA 2014

1.1 HAZARD ANALYSIS AND CRITICAL CONTROL POINT (HACCP)

1.1.1 Monitorização e reforço da política de segurança alimentar da Docapesca.

No âmbito da Política de Segurança Alimentar aprovada, têm vindo a ser tomadas todas as medidas para que as orientações nelas contidas se possam concretizar até ao final do ano,, prevendo-se um reforço na divulgação da mesma..

1.1.2 Monitorização do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar entretanto aprovado, com suporte nos resultados dos Planos de Segurança Alimentar baseados nos princípios do HACCP já implementados em todos os estabelecimentos licenciados.

A monitorização do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar é efetuado pela Equipa de Segurança Alimentar (ESA), criada no 1º Trimestre de 2013, com elementos responsáveis em cada uma das Delegações da Docapesca.

Esta equipa efetuou a sua 1ª reunião de 2014, durante o 1º trimestre, na Lota de Peniche, cujo edifício se encontrava já em processo de requalificação, aproveitando a oportunidade para avaliar as medidas em curso. De facto, para que a primeira venda de pescado se pudesse realizar no Porto de Peniche, foi necessário “construir” uma lota provisória, onde se implementaram as medidas necessárias para a manutenção do mesmo NCV.

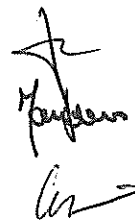
1.1.3 Continuação da implementação e melhoria dos procedimentos do HACCP existentes nos vários estabelecimentos.

A correta implementação e melhoria dos procedimentos de HACCP, definidos nos Planos de Higiene e Segurança Alimentar implementados nas lotas, foram efetuados sempre que necessário.

1.1.4 Realização de Auditorias internas ao sistema de segurança alimentar em todas as Delegações da Empresa, através de um planeamento anual de intervenções aprovado pelo Conselho de Administração.

Na sequência da reunião da Equipa de Segurança Alimentar, ocorrida no 1º Trimestre de 2014, será elaborado um calendário de auditorias, a efetuar em cada estabelecimento dotado de NCV. Estas auditorias internas ficarão a cargo dos elementos da ESA, nos estabelecimentos não associados à delegação a que pertencem.

Esta calendarização será apresentada ao Conselho de Administração para aprovação, de modo a que até final de 2014, seja possível efetuar as auditorias propostas.



1.1.5 Na sequência das auditorias, vistorias, verificações trimestrais e inspeções realizadas aos estabelecimentos pelas diversas autoridades competentes, a DOCAPESCA continuará a focar a sua ação nas seguintes vertentes:

- Melhoria da higienização de instalações e equipamentos;
- Reforço da manutenção de instalações e equipamentos;
- Implementação do plano de análises ao pescado, acordado com as autoridades competentes, para avaliação dos agentes zoonóticos, dos critérios microbiológicos.

Com as obras de requalificação em curso, foi possível melhorar procedimentos de higienização de instalações e equipamentos, com a introdução de salas de higienização de recipientes e pontos de higienização (distribuídos ao longo dos edifícios). A utilização da água quente, também contribuiu largamente para uma melhor eficácia nas higienizações, a comprovar pelos resultados positivos, obtidos nas análises microbiológicas efetuadas 2 vezes por ano (Junho e Dezembro).

Consequentemente, a requalificação dos espaços, reduziu significativamente a manutenção corretiva das instalações e equipamentos.

Para além das análises físico-químicas e microbiológicas realizadas à água doce, salgada e gelo, teve início um plano de análises ao pescado (2014-2016), que inclui os seguintes parâmetros: microbiológicos, histamina, metais pesados, ABVT e sulfitos. Este plano foi sujeito à aprovação prévia da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

NÚMERO DE CONTROLO VETERINÁRIO (NCV)

1.2.1 Em 2014, prevê-se a atribuição do NCV à Lota de Vila do Conde, concluindo-se, nesta fase o licenciamento dos estabelecimentos com as características necessárias (total de 22 com NVC). No primeiro trimestre de 2014, tal como previsto, foi atribuído o NCV à Lota de Vila do Conde, depois de reunidas as condições higio-sanitárias exigidas por lei.

A construção de um Mercado de Peixe no átrio contíguo à lota, implicará o acompanhamento das obras e o estabelecimento de novos circuitos com vista a não colocar em risco o NCV.

1.2.2 Acompanhar as auditorias, vistorias, verificações trimestrais e inspeções a efetuar aos estabelecimentos, pelas autoridades competentes, com a finalidade de monitorizar e corrigir todas as não conformidades, passíveis de correção.

Os elementos da Equipa de Segurança Alimentar de cada Delegação acompanharam todas as verificações trimestrais e vistorias, efectuadas pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e outras entidades nacionais e comunitárias.

A Direção de Exploração sempre que possível e se verificou ser necessário, fez-se representar em alguns destes controlos.

- 1.2.3 Verificar e melhorar as condições dos estabelecimentos não dotados de NCV, já existentes ou a instalar.

Foi efetuado um levantamento em todos os estabelecimentos sem NCV, para avaliação das condições higio-sanitárias e verificação de condições de melhoria. Deste trabalho, resultaram alterações, nomeadamente no tipo de serviço a prestar, sendo que no Sul, parte dos postos existentes passaram a ser apenas os locais onde se efetua a transferência de pescado para outros estabelecimentos dotados de NCV.

Encontra-se também em estudo, caso sejam reunidas as condições em alguns postos, a possibilidade de solicitar vistorias para licenciamento e atribuição de NCV.

CONSOLIDAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

- 1.3.1 Modernizar os processos de receção/vendagem/entrega do pescado, através de reavaliação dos circuitos, aumento da rapidez do processo de leilão, melhoria da informatização e mecanização existentes.

Em conjunto com o Gabinete de Auditoria, foi elaborado um novo Regulamento de utilização de caixas, a implementar até final do ano de 2014. Este regulamento está a ser objeto de avaliação prévia por parte das Delegações e Utentes das lotas.

- 1.3.2 Continuar a reforçar a utilização de gelo e película porosa nas caixas do pescado colocado à venda nas lotas, visando a manutenção da cadeia de frio

O reforço da cadeia de frio com a aplicação de película porosa e gelo sobre o pescado, é uma prática adotada na maior parte dos estabelecimentos com NCV. Para além de garantir uma maior qualidade do produto, resulta numa maior segurança ao nível da cadeia alimentar do pescado.

- 1.3.3 Continuar a sensibilização/divulgação da informação sobre manipulação e acondicionamento do pescado a bordo de acordo com o Manual de Boas Práticas nas Embarcações de Pesca, com o envolvimento das OP e Associações e apoio da Direção-geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

O Manual de Boas Práticas nas Embarcações de Pesca foi realizado em parceria com o IPMA e a Docapesca, tendo sido realizadas ações de sensibilização em Matosinhos, Peniche e Sesimbra em conjunto com as organizações de produtores que apresentaram algumas sugestões que entretanto foram integradas no manual. A elaboração do manual assim como as ações de sensibilização foram realizadas em 2013. Aguarda-se a publicação formal deste documento para nova divulgação junto dos operadores/aramadores e pescadores.

- 1.3.4 Consolidar o manual DOCAPESCA sobre Boas Práticas – Primeira Venda de Pescado, através de ações de sensibilização/divulgação locais

A consolidação deste manual deve ocorrer durante o 2º semestre de 2014, bem como a sua divulgação através de ações de sensibilização a efetuar pela Equipa de Segurança Alimentar nos estabelecimentos da DOCAPESCA com NCV.

A sua aplicação e divulgação estender-se-á aos estabelecimentos sem NCV nas práticas passíveis de aplicação.




ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA II

ECONOMIA

Requalificar a Rede de Lotas, de forma a obter uma maior racionalidade de rede existente, com o objetivo de valorizar o pescado.

Prosseguir a reorganização das áreas de negócio.

Investir na internacionalização dos produtos da pesca e do mar, através da presença em feiras internacionais, como forma de promover a produção e aumentar a exportação.

Melhorar e controlar os procedimentos de contratação pública e controlo permanente de custos, como forma de promover o rigor e garantir o cumprimento dos princípios da legalidade, igualdade, concorrência e transparência.

Reforçar a realização de auditorias.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA 2014

REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE LOTAS

2.1.1 Acompanhar as intervenções aprovadas ao abrigo do programa PROMAR com vista à melhoria das condições de implementação do HACCP e a requalificação dos edifícios, cais e infra-estruturas das lotas de Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Vila Praia de Âncora, Matosinhos, Figueira da Foz, Aveiro, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António.

As ações previstas realizar para melhoria das condições de implementação do HACCP e a requalificação dos edifícios, cais e infra-estruturas das lotas de Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Vila Praia de Âncora, Matosinhos, Peniche e Setúbal têm realização a 100%, estando as obras em curso ou já concluídas. Encontram-se com uma realização de 75% as ações nas lotas da Figueira da Foz, Nazaré, Peniche e Sesimbra.

Considera-se que as ações relativas a Olhão e V.R.Sto António têm os projetos de execução já iniciados. As restantes lotas de Aveiro, Sagres, Lagos, Portimão e Sines não têm qualquer realização, sendo que a última das quais ainda não tem a candidatura de Agosto.2013 ao Promar, aprovada.

2.1.2 Acompanhar as intervenções objeto da candidatura ao PROMAR dos projetos para a melhoria das infraestruturas, redes de fluidos e condições ambientais em Portimão –furos de captação

de água salgada e respetivo apetrechamento para captação, tratamento e bombagem sob pressão; e reforço da cadeia de frio através da aquisição e implementação de novas fábricas de gelo em Portimão e Póvoa do Varzim, para além da modernização e ampliação da fábrica de gelo de Sines.

O projeto de Captação e Bombagem de água salgada em fase de conclusão da montagem dos equipamentos, considera-se com uma realização de 100%. A fábrica de gelo de Portimão tem o projeto de execução em fase adiantada de elaboração enquanto que a da Póvoa do Varzim tem o projeto de execução para procedimento concursal concluído. Sines ainda não foi iniciada dado que a candidatura apresentada ao Promar em Dez.2013, não foi ainda aprovada.

- 2.1.3 Desenvolver os projetos candidatos aos fundos comunitários referentes à requalificação e (ou) remodelação das instalações, nomeadamente, dos pavilhões de apoio à descarga e trasfega da sardinha em Matosinhos, Sesimbra e Sines.

No 1.º Semestre desenvolveram-se ações com vista à adjudicação da elaboração dos projetos de execução dos pavilhões de apoio à descarga e trasfega de sardinha, de Matosinhos e Sesimbra. Está em curso a elaboração do projeto de Matosinhos e em adjudicação o de Sesimbra.

As ações relativas ao projeto de Sines ainda não foram iniciadas dado que a candidatura apresentada em Agosto 2013, não foi ainda aprovada pelo órgão de Gestão do Promar.

- 2.1.4 Continuar as intervenções relativas aos projetos de requalificação das estruturas de betão armado e das infraestruturas e redes de fluidos do mercado de segunda venda de Matosinhos e de alteração parcial de uma área da lota de Vila do Conde para instalação de um mercado de venda de pescado fresco. Estes projectos tinham execução parcial.

O projeto de alterações de parte do edifício da lota de Vila do Conde encontra-se concluído e o processo de concurso para realização da empreitada em fase de pré-adjudicação.

No 1º semestre não se verificou qualquer ação no Mercado de 2ª venda de Matosinhos.

- 2.1.5 Desenvolver o projeto candidatado aos fundos comunitários pelo Grupo de Ação Costeira do Barlavento para a reabilitação e reconversão do edifício da antiga lota de Sagres, para uma área de promoção do pescado de Sagres.

A candidatura apresentada em Agosto 2013 foi aprovada em 20.Maio.2014, pelo que ainda não foi iniciada qualquer ação neste semestre. No próximo semestre proceder-se-á a consulta de projetistas e à elaboração do projeto de execução das obras a efetuar.

- 2.1.6 Adaptar as instalações de algumas lotas para reforço do apoio da DOCAPESCA à atividade de aquacultura através de melhoria de serviço a prestar nessas mesmas instalações – carga/descarga e acondicionamento do pescado oriundo das unidades de aquacultura.

A Docapesca elaborou um documento com a indicação de espaços disponíveis (no interior das lotas, armazéns e terraplenos) nas áreas portuárias a afetar a estruturas de apoio á

aquacultura, que foi aprovado pela tutela e divulgado junto dos principais interessados - Associação Portuguesa de Aquacultores.

Até ao momento não foram recebidas quaisquer solicitações que exijam a adaptação das instalações quer nas lotas quer nos armazéns.




NEGOCIAÇÃO COM AS ADMINISTRAÇÕES PORTUÁRIAS

2.2.1 Continuar os trabalhos de revisão dos Regulamentos dos Portos concessionados à Docapesca, com a Administração dos Portos de Sesimbra e Setúbal (APSS) e Porto de Sines Aveiro.

Em junho deste ano foram finalmente recebidas as contribuições às propostas de Regulamento de Exploração do Porto de Pesca de Sesimbra e Regulamento de Exploração das Rampas Varadouro do Porto de Pesca de Sesimbra, por parte da APSS, prevendo-se que sejam assinados e publicados até ao final do ano.

O Regulamento de Exploração do Porto de Sines foi revisto com o apoio da Autoridade Marítima – Capitania do Porto, prevendo-se ser possível ser publicado até ao final do ano.

O Regulamento do Porto de Pesca Costeira de Aveiro, resultante do trabalho conjunto das duas entidades - APA e Docapesca - encontrando-se em vigor desde a data da sua publicação. (Regulamento n.º 234/2013 de 23 de Junho de 2013),

2.2.2 Concretizar os contratos de concessão dos portos de pesca, em curso com as Autoridades Portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

A 25 de Março deste ano foi assinado o Contrato de Concessão do Porto de Pesca de Viana do Castelo, entre a Administração do Porto de Viana do Castelo e a Docapesca, Portos e Pesca, SA.

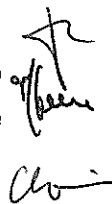
Em relação aos processos relativos aos Portos de Pesca de Aveiro e Figueira da Foz, ambas as entidades se encontram em negociações sobre alguns aspetos mais concretos dos contratos, prevendo-se ser possível assinar os contratos até final do 2º semestre.

INFRA-ESTRUTURAS

2.3.1 Reavaliar o processo de implementação das equipas fixas e/ou móveis afectas à manutenção/conservação nas delegações de Matosinhos, Centro, Centro Sul e Sul e criação de uma equipa fixa na zona Centro Norte, com a finalidade de efetuar, mediante um planeamento adequado, a manutenção primária no âmbito da conservação/manutenção preventiva e o desenvolvimento de ações no domínio de ações corretivas.

A implementação de equipas fixas e/ou móveis afetas à manutenção/conservação ou a melhoria de eficiência das existentes, depende em grande parte dos meios humanos, logísticos e outros, que a Empresa possa reforçar em recursos humanos as Delegações, o que por orientações da tutela não tem sido possível efetuar. Assim não se registam quaisquer alterações significativas na atuação das equipas existentes e continua sem ser possível dotar a

Delegação Centro Norte de quaisquer meios. Na área das instalações frigoríficas a situação tem sido em parte ultrapassada com recurso à contratualização anual de serviços externos de assistência técnica e de manutenção



- 2.3.2 Consolidar a implementação da manutenção assistida por computador, para uma melhor definição e gestão dos planos de manutenção de todos os ativos em equipamentos da empresa, pela direção da sede responsável e pela Delegação Sul, bem como a extensão de implementação à Delegação de Matosinhos.

Pelo facto de ter ocorrido uma interrupção no funcionamento da aplicação informática MAC devido a problemas no acesso ao servidor, cujas razões e resolução ainda não foram encontradas, a execução desta atividade no 1º semestre de 2014 foi nula.

- 2.3.3 Na sequência das auditorias energéticas realizadas aos edifícios da Docapesca (Sines e Olhão) bem como dos questionários/levantamentos relativamente à gestão de energia nas lotas no âmbito do Plano de Poupança de Energia/ Eficácia Energética aprovado para as instalações da Docapesca, será feito o acompanhamento das medidas propostas a integrar quer nos projetos candidatos ao PROMAR, quer no âmbito do Plano de Investimentos e Exploração, com o objetivo último de um consumo mais racional e eficiente da energia e contributo para a sustentabilidade da atividade da empresa.

Os projetos PROMAR de requalificação das Lotas de Sines e Olhão ainda não estão em execução, e por isso, não existe informação relevante sobre o assunto.

A monitorização dos consumos energéticos em tempo real, está operacional nas lotas de Viana do Castelo e Matosinhos, revelando já, apesar do ainda reduzido tempo de análise, ganhos e melhorias de eficiência energética e poupanças dos custos de energia elétrica, devidas às ações realizadas.

Este sistema estará operacional em breve nas lotas da Póvoa do Varzim, Peniche, Setúbal, Figueira da Foz e Nazaré.

REORGANIZAÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

- 2.4.1 Realizar projetos-piloto para a externalização de áreas de negócio da Docapesca, conexas à primeira venda (lojas), mas também de áreas correlacionadas com a atividade da náutica de recreio e estaleiros.

O modelo existente da Lojas Docapesca foi redimensionado, reduzindo o número de Lojas e centralizando o serviço de aquisições de produtos que passaram a ser contratualizadas através da plataforma Vortal.

Quanto à náutica de recreio e estaleiros, a Docapesca integrou o grupo de trabalho "Portugal Náutico" (AEP e Oceano XXI), prevendo-se desenvolvimentos para a criação de uma base de dados online de informação ao Nauta, começando com alguns portos-piloto (ex: Peniche).

Prevê-se também a atuação da Docapesca ao nível da dinamização e representação em mercados internacionais estratégicos. Concretização.



INVESTIMENTO NA INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DO MAR



2.5.1 Participar em 3 feiras profissionais e eventos internacionais, tais como a SEAFOOD, em Bruxelas, o Salon International de l'Alimentation (SIAL), em Paris, a CONXEMAR, em Vigo, e outras missões comerciais de apoio ao setor, com vista ao posicionando do pescado português como um produto de valor acrescentado na exportação para mercados *gourmet* ou de interesse específico para mercados externos como os países de leste europeu.

A participação da Docapesca em feiras profissionais e eventos internacionais iniciou-se em Fevereiro, com o SISAB 2014, integrando comerciais das OP, para desenvolvimento de contactos com vista à exportação dos produtos da pesca.

Realizaram-se também degustações e um almoço para todos os participantes, com Cavala fresca e em conserva, em articulação com a EHT Lisboa.

De 31/3 a 3/4, a Docapesca integrou o stand da PortugalFoods na Alimentaria Barcelona, estando representada com uma Vitrine de Produtos do Mar e projetos da empresa.

Em Maio, participou na Seafood (Bruxelas) integrando o stand de Portugal organizado pela ALIF. Esta participação teve como objetivo estabelecer contatos comerciais com empresas interessadas em pescado português, tendo estes contactos sido transmitidos às organizações de produtores.

Assim foi cumprido integralmente o previsto no Plano de Atividades para este semestre..

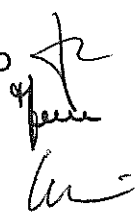
2.5.2 Promover encontros com os congéneres de outros Estados-membros para divulgar as boas práticas, que permitam a valorização da qualidade do pescado.

A Docapesca estabeleceu contactos com a Câmara de Comércio Luso-Americana com o objetivo de realizar um Workshop sobre "Como Exportar para os Estados Unidos" e, posteriormente, uma missão empresarial. Aguarda-se que a Câmara de Comércio identifique os agentes relevantes no setor do pescado e as cidades/estados-chave, informação importante para o desenvolvimento do projeto.

2.5.3 Participar em 2 conferências internacionais sobre as pescas e o mar.

Ao nível de fóruns internacionais a Docapesca participou nas Reuniões do CCR Sul que decorreram em Madrid (Espanha) entre 23 e 25 de abril, na Reunião GT TPEEA – *Transboundary Planning European Atlantic*- que teve lugar em Bremen (Alemanha) por ocasião das Comemorações do Dia Europeu do Mar.

MELHORIA E CONTROLO DE PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA, CONTROLO PERMANENTE DE CUSTOS E ESTUDOS VISANDO UMA MAIOR RENTABILIDADE



2.6.1. Realizar trimestralmente um controlo dos procedimentos da contratação pública referentes a 2014, selecionando aleatoriamente 6 processos por trimestre.

O GA tem vindo a efetuar este controlo trimestral, pelo que neste momento o grau de execução deste objetivo é de 50% (correspondente aos 2 trimestres de 2014 já ocorridos)

2.6.2. Realizar uma auditoria sobre a contratação pública de 2013.

O GA já realizou visitas a grande parte das Delegações (Norte, Matosinhos, Centro Norte, Centro e Centro Sul), nas quais tem vindo a auditar as contratações. Também na sede têm vindo a ser analisados processos de contratação pública por direção. No Plano Anual de Auditoria para 2014 está prevista a entrega do Relatório Final em Dezembro de 2014, prazo que será certamente cumprido e cuja antecipação se está a ponderar. Neste momento foram já visitadas 5 Delegações - processos consultados - 2 direções da sede com processos já analisados.

2.6.3. Realizar no primeiro trimestre um estudo global sobre a taxa de primeira venda de pescado e os impactos expectáveis de eventuais alterações.

Foi lançado um concurso público para a realização de um estudo sobre as taxas de 1.ª venda, tendo sido adjudicado o trabalho ao Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Universidade Católica do Porto. O trabalho foi desenvolvido de acordo com o estabelecido. O 1.º Draft foi entregue no início de Maio e, após discussão do mesmo, foi apresentada nova versão no dia 11 de Julho, encontrando-se actualmente em análise.

2.6.4. Reestruturar a contabilidade analítica e os centros de custo no sistema SAP que permita um controlo permanente de custos, mais adequado à realidade da empresa;

Foi criado um conjunto de novos centros de custo/lucro, por adição à estrutura inicial de Docapesca, de modo a poder reflectir as novas competências integradas e a integrar decorrentes do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro. Foram ainda criadas novas contas na contabilidade e efectuada a parametrização do sistema de informação SAP de modo a adequá-lo à nova realidade e a permitir a facturação das novas actividades.

2.6.5. Afetação de recursos humanos para a monitorização das contas e eventuais desvios.

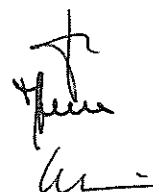
Aguarda-se a conclusão e aprovação da nova estrutura funcional da Docapesca, integrando as novas competências transferidas do IPTM,IP.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA III

NOMINALIZAÇÃO DO PESCADO/MARCA

Desenvolver e promover o Comprovativo da Compra em Lota, junto do retalho e do consumidor final, como identificação do pescado capturado em águas e por embarcações portuguesas, transacionado nas lotas do continente português, com vista à sua valorização.

Implementar projetos inovadores e divulgar os projetos Docapesca, a nível nacional, numa lógica integrada e contínua.



OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA 2014

COMPROVATIVO DE COMPRA EM LOTA (CCL)

- 3.1.1. Campanhas promocionais/informativas em parceria com autarquias, grandes superfícies e a Associação Nacional dos Industriais das Conservas de Peixe (ANICP).

A Campanha da Cavala 2014 teve início em Janeiro, percorrendo diversas cidades para reforçar a imagem da Cavala fresca e em conserva, como um alimento saudável, de baixo custo e ambientalmente sustentável.

Neste sentido, durante o 1º semestre realizaram-se ações nos mercados municipais de Lisboa (4), Sintra, Cascais, Tavira (2), Costa da Caparica, Olhão (2), Seixal, Moita, Baixa da Banheira e Aveiro (2). No 2º trimestre, realizaram-se 9 ações em seminários, encontros, congressos e conferências, decorrendo depois a participação ativa nos 11 dias do Peixe em Lisboa e do Sangue na Guelra. Efetuaram-se também visitas de estudo a Sesimbra, Peniche, Cascais e Aveiro.

No total, realizaram-se 16 ações nos mercados municipais em 10 cidades e mais 22 eventos, superando largamente a concretização prevista para o 1º semestre.

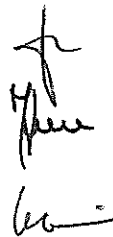
- 3.1.2. Campanha de promoção do consumo de peixe numa revista de culinária de referência a nível nacional, com a publicação de receitas e reportagens.

O objetivo da publicação de receitas de pescado desenvolvidas durante as ações das Campanhas, na revista Teleculinária e ao longo de 6 meses foi a sua divulgação mais massiva junto do consumidor final. No início de Abril foi editada uma revista especial que compila todas as receitas que foram sendo publicadas ao longo dos 6 meses anteriores. O lançamento decorreu no Festival do “Peixe em Lisboa” seguindo-se depois uma outra ação de divulgação no âmbito do “Fórum do Mar” em Maio.

- 3.1.3. Campanha de promoção do pescado das lotas portuguesas em órgãos de comunicação social, com enfoque no CCL e nas campanhas específicas a desenvolver pela Docapesca.

Durante o 1º semestre de 2014 foram publicados diversos artigos em jornais sobre as Campanhas da Docapesca de Valorização do Pescado como é o caso da Revista Marés,

Revista País Positivo, Revista de Marinha, Revista Negócios Portugal e Jornal Campeão das Províncias e em diversos medias regionais que, após nosso envio de Nota de Imprensa, decidiram efetuar reportagem sobre o evento. Tivemos também uma notícia na Rádio Regional do Centro durante o Festival da Sardinha e Cavala da Figueira da Foz e um spot publicitário na Rádio Comercial relativo ao programa Bombordo. Não avançou o plano de comunicação por contenção orçamental.



3.1.4. Produzir etiquetas CCL para distribuição nos mercados municipais e grandes superfícies e de materiais promocionais e informativos, dirigidos ao pequeno retalho e ao consumidor final.

No 1º semestre de 2014 reforçou-se a distribuição de etiquetas CCL nas grandes superfícies e pequeno retalho, num total de mais 3.800 etiquetas.

A produção de novas etiquetas está prevista para o 4º trimestre de 2014.

Quanto a materiais promocionais, produziram-se folhetos sobre a Cavala e o Polvo.

Em colaboração com as autarquias produziram-se também Muppies para serem colocados em outdoors indicados pelos respetivos municípios, para a valorização das espécies mais relevantes nas lotas de cada região.

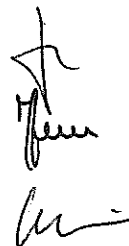
Até ao final do 2º trimestre, foram efetuadas 54 auditorias, tendo os resultados sido transmitidos aos aderentes, para melhoria do processo. Estas auditorias foram apenas efetuadas pela DCM e pela Delegação. O projeto CCL está implementado em 6 insígnias na Grande Distribuição: Sonae (Lojas Modelo-Continente), Auchan (Lojas Jumbo e Pão de Açúcar), Jerónimo Martins (Lojas Pingo Doce), Mosqueteiros (Lojas Intermarché), El Corte Inglés e Supermercados Apolónia, representando um total de 878 pontos de venda. Para motivar os responsáveis pelas peixarias foram realizadas ações de formação no Intermarché e no El Corte Inglés.

Na sequência do lançamento da nova etiqueta CCL com campo para preenchimento da Lota de origem do pescado e da Campanha da Cavala, tem-se verificado um interesse crescente por parte dos municípios e dos comerciantes na adesão ao projeto CCL. O total de aderentes do Pequeno Retalho subiu de 816 no final de 2013 para 873 em Junho de 2014 e foram distribuídas mais 802 novas etiquetas CCL.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

3.2.1. Projeto "Hamburger de Cavala".

Este projeto visa a criação de uma iniciativa, em forma de concurso de ideias para receitas inovadoras, dirigida à Escolas Profissionais ou de Ensino Superior do continente Português, que disponham na sua oferta formativa de cursos de hotelaria ou restauração. O objetivo é a valorização do pescado das lotas, em particular, espécies abundantes e de baixo valor comercial, como é exemplo a cavala e que, ao mesmo tempo, sejam possíveis de serem produzidas de forma industrial, numa ótica de inovação e desenvolvimento de novos produtos. Este projeto, está em fase de execução sendo o Regulamento do concurso elaborado em Julho para lançamento no início do próximo ano letivo 2014/2015.



3.2.2. “Cabaz do Peixe” da Pesca Artesanal.

No âmbito da valorização dos produtos da pesca de pequena escala e das comunidades piscatórias locais foi iniciado em Sesimbra pela AAPCS, uma associação de armadores de pesca artesanal, um projeto piloto de comercialização de peixe fresco designado “Cabaz do peixe”, em colaboração com a LPN, a Docapesca, a Câmara Municipal de Sesimbra e a ADREPES.

Este projeto piloto em Portugal visa replicar, para a comercialização do pescado fresco em Portugal, o sucesso do cabaz de legumes PROVE, constituindo assim uma forma de aproximar o consumidor do produtor com todos os benefícios que daí advêm nomeadamente: uma maior relação qualidade preço para o consumidor bem como um maior leque de oferta de pescado, incluindo espécies menos popularizadas no consumo, contribuindo para a diminuição de rejeições por parte do pescador e o escoamento comercial para espécies como é o caso a cavala, tainha, carapau, faneca, bodião, etc.

Projeto idêntico foi também iniciado em 2013 em Azenha do Mar, através de Protocolo de Colaboração entre o Município de Odemira, a TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, a ACDPM - Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar e a Docapesca para a implementação do “Cabaz do Mar”.

Atualmente o “Cabaz do Mar” está em funcionamento e pretende-se alargar este conceito a mais zonas do país, nomeadamente Fuzeta contribuindo para a valorização dos produtos da pequena pesca e das comunidades piscatórias locais, diminuindo as rejeições.

3.2.3. Mostras do Mar Portugal, projeto a desenvolver com o Turismo de Portugal em escolas de hotelaria europeias.

Face aos inúmeras solicitações de participação nos diferentes eventos já referenciados, e porque por outro lado foi dada primazia á consolidação dos projetos em curso, optou-se por reavaliar e adiar este projeto para momento mais oportuno.

3.2.4. Valorização de espécies de pescarias que utilizam artes seletivas: projeto com a SPEA e Sciaena para o desenvolvimento de uma matriz de critérios de sustentabilidade ambiental, económica e social.

Este projeto tem como principal objetivo o desenvolvimento de uma matriz de critérios de sustentabilidade ambiental, económica e social, adaptada à realidade da pesca artesanal nacional, tendo por base o Código de Conduta para a Pesca responsável da FAO e outros indicadores disponíveis. A matriz a desenvolver será testada e validada nas pescarias que utilizam artes seletivas, como é o caso do polvo de armadilhas, a pescada de anzol e o pescado capturado por pequenos palangreiros, visando a seleção de indicadores a apresentar nos pontos de venda ao consumidor final (articulação com o projeto CCL da Docapesca) e a adotar por parte dos pescadores.

A implementação do projeto, nomeadamente a recolha de dados e a caracterização das pescarias pré-identificadas *in situ*, pressupõe o estabelecimento de um protocolo de colaboração com algumas entidades com competências e conhecimentos ao nível de critérios de sustentabilidade ambiental e sua aplicação à pesca artesanal, como é o caso da Sciaena – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação e da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves com a colaboração do Dr. Miguel Gaspar do IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera para a revisão e validação de questões de natureza técnico-científica. Este projeto, está em fase de execução: apresentação junto das comunidades piscatórias locais, OP e comerciantes de pescado; e a recolha de dados *in situ* a bordo das embarcações das pescarias alvo.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS DOCAPESCA A NÍVEL NACIONAL NUMA LÓGICA INTEGRADA E CONTÍNUA

- 3.3.1 Ações de divulgação e sensibilização para a inovação e sustentabilidade, ambiente e consumo responsável dos produtos da pesca no programa *Bombordo* (RTP N e RTP 2).

O Projeto nº 31-03-04-FEP-31 “Programa Bombordo” visa a produção e difusão em televisão de uma série de 13 programas, com 25 minutos de duração cada, dedicados à economia do mar e aos recursos da pesca, tendo em vista a informação e sensibilização de toda a sociedade sobre aspetos ambientais, de sustentabilidade, inovação, qualidade e de saúde pública ligados ao mar.

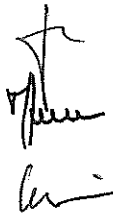
Este Projeto, está em fase de difusão na RTP2 e RTP internacional, tendo sido já emitidos até final do 2º Trimestre 8 dos 13 programas.

- 3.3.2 Participação em feiras e festivais gastronómicos para reforço da imagem do pescado das lotas, através da cooperação com os diversos intervenientes, agregando OP e Associações, nomeadamente o Peixe em Lisboa, Mega PicNic Continente (Lisboa), Art Beer Fest (Caminha), Festival do Bacalhau (Ílhavo), Rip Curl Pro (Peniche) e Essência do Gourmet (Porto) e as participações em feiras profissionais em Portugal, em articulação com as organizações de produtores e associações do setor, tais como a SISAB (Lisboa) e o Fórum do Mar (Matosinhos).

A participação em feiras e eventos gastronómicos teve o seu início em Janeiro, com o Já ao Lume, Seminário Diplomático e Semana Eco-Escolas, seguiu-se o Peixe em Lisboa. A Docapesca participou também na Futurália, Sangue na Guelra, Desafio do Coração, Feira Náutica do Tejo, Dia do Pescador e Mega Pic-Nic Continente, onde se desenvolveram atividades e mostras relacionadas com o mar, em colaboração com diversas entidades do setor EMEPC, Aporvela, For-Mar, Assoc. Naval Sarilhense. A concretização superou os objetivos.

- 3.3.3 Receitas inovadoras de pescado, através de iniciativa dirigida às escolas profissionais ou de ensino superior do continente português.

No âmbito do projeto INOVEMAR – Inovação no Processamento de Produtos do Mar do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) que visa a criação de novas formas de processamento e inovação para a valorização de produtos da pesca de menor valor comercial mas de relevância local, foi estabelecido um Protocolo de Colaboração entre a Docapesca e o IPVC para a divulgação das novas refeições de pescado, económicas e com inovação ao nível da embalagem, bem como outros produtos de valor acrescentado feitos à base de pescado de menor valor comercial. Está em finalização um protocolo semelhante com o CCMAR.



ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA IV

MODERNIZAÇÃO

Aperfeiçoar o canal da Web para garantir maior transparência e igualdade nas atividades comerciais.

Implementar, faseadamente, um novo modelo de leilão.

Divulgar e fidelizar clientes no sistema de venda de pescado online.

Criar novas funcionalidades sedeadas na página de Internet.

Aperfeiçoar o sistema de emissão de guias eletrónicas.

Promover a formação contínua dos Recursos Humanos.

Encetar novos desafios no domínio da eficiência ambiental e energética.

Informatizar e melhorar os equipamentos.

Comunicar e medir a satisfação dos clientes.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA 2014

FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS RECURSOS HUMANOS

- 4.1.1 Propor, implementar e acompanhar, técnica e pedagogicamente, as ações de formação profissional de acordo com o Plano de Formação, tendo por objetivos a valorização dos trabalhadores e o cumprimento da legislação laboral em vigor.

A maioria das ações de Formação, discriminadas no Plano de Formação aprovado para 2014, terão o seu início em 16 de Setembro p.f..

No 1º semestre, do ano em análise, foram frequentadas 14 ações de formação, com o total de 598 horas, correspondendo a cerca de 12% do total das horas de formação planeadas para o ano em curso.

- 4.1.2 Garantir a execução das medidas legais em vigor no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho (auditorias anuais/formação/avaliação de riscos profissionais).

Os relatórios de auditoria no âmbito da Higiene e Segurança no trabalho encontram-se concluídos com exceção da Delegação Sul e Lota de Sines. Os relatórios em falta irão ser elaborados até ao final do ano. As desconformidades resultantes da análise dos referidos

relatórios irão ser alvo de avaliação para a curto prazo poderem vir a ser corrigidas, eventualmente, também através dos projetos de requalificação das lotas, em curso.

- 4.1.3 Reforçar a formação dos técnicos operacionais das lotas nas questões da manutenção da cadeia de frio, através de módulos de formação ministradas, sempre que possível, no local de trabalho.

Encontram-se previstas 3 ações de formação no âmbito dos equipamentos de frio e climatização (camaras frigoríficas e fábricas de gelo) direcionadas para os trabalhadores que desempenham as funções de técnicos de manutenção.

- 4.1.4 Reforçar a formação nas novas áreas de atividade como Autoridade Portuária - gestão ambiental portuária, exploração de cais, projeto e obras marítimas

No corrente ano, no âmbito da área gestão portuária e ambiental, foram realizadas 5 ações de formação frequentadas por 10 trabalhadores. – Direito do Mar e Sistemas de Gestão Ambiental Portuária.

SISTEMA DE GESTÃO

- 4.2.1 Consolidar o *Help Desk* na área financeira, por forma a aumentar a eficiência e eficácia do novo modelo resultante da reestruturação administrativa e financeira.

No 1.º Semestre de 2014 não foram desenvolvidos quaisquer trabalhos no que concerne à utilização do sistema de *Help Desk* na função financeira. Com a integração das novas competências, fará sentido adaptar a base existente do sistema de *Help Desk* à nova realidade da empresa.

- 4.2.2 (DFIN) Desenvolver e consolidar o modelo de indicadores de gestão, através do sistema de informação da empresa.

A DFIN iniciou o desenvolvimento do novo modelo de indicadores de gestão, procurando reformular o reporte existente de modo a incluir a nova realidade da empresa.

- 4.2.3 Consolidar o sistema de gestão documental.

O Sistema de Gestão Documental da empresa, embora se encontre em pleno funcionamento, será objeto de estudo para verificação das suas potencialidades e melhor utilização do mesmo. Foi objeto de uma Auditoria no âmbito da Auditoria da Direção Geral de Arquivos, Livros e Bibliotecas (DGALB), sobre a qual se aguarda o Relatório.

- 4.2.4 Analisar e rever globalmente os períodos de vida útil estimados para os ativos, tendo em consideração as condições específicas de utilização dos bens, o desgaste normal esperado, o período de controlo sobre o ativo face aos contratos de concessão e licenças de exploração existentes.

Na continuação da actividade de inventariação física aos activos fixos registados, iniciado em 2013, efectuou-se em Maio de 2014, uma deslocação à Delegação Norte (Porto de Pesca de Viana do Castelo e Área Ribeirinha de Vila Praia de Âncora).

Esta deslocação teve como objectivo, no que diz respeito a Viana do Castelo, à inventariação física exaustiva dos activos fixos registados relativos ao Porto de Pesca (lota, armazéns e áreas circundantes), decorrente quer do Projecto Comparticipado pelo PROMAR referente à Requalificação do Edifício da Lota de Viana do Castelo e Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e ainda o levantamento das novas áreas de concessão decorrentes da assinatura do Contrato de Concessão entre a Docapesca e a APVC em Março de 2014 e a consequente adequação dos períodos de vida útil dos activos afectos à concessão.

No que diz respeito à Área Ribeirinha de Vila Praia de Âncora, a deslocação teve como objectivo, não só a inventariação física exaustiva dos activos afectos à nova lota, decorrente do processo de investimento participado pelo PROMAR, mas igualmente, o levantamento exaustivo de todas as edificações do ex-IPTM que passam para a área de jurisdição da Docapesca, de acordo com o Decreto-Lei nº 16/2014.

Prevê-se efectuar deslocações à Delegação Norte (Porto de Póvoa de Varzim e Vila do Conde) e a Matosinhos (Porto de Pesca), onde se encontram em curso diversos projectos de investimento (correntes e em curso), confirmando-se que se encontra realizada cerca de 1/3 das ações previstas para a realização desta actividade no presente exercício.

Está igualmente prevista a deslocação à Delegação Sul, tendo por objectivo a inventariação em Portimão do investimento em curso relativo à nova Central de Captação e distribuição de Água Salgada, e ainda ao levantamento pormenorizado relativo aos equipamentos afectos ao Estaleiro Naval de Portimão e da Marina de Olhão.

4.2.5 Desenvolver os trabalhos do Gabinete da Auditoria Interna tendo em conta as recomendações do Revisor Oficial de Contas e a melhoria da eficiência da empresa.

O Plano Anual de Auditorias para 2014, aprovado em novembro de 2013 pelo Conselho de Administração, tem vindo a ser pontualmente cumprido. A entrega do Relatório Final da auditoria à Prestação de Trabalho Suplementar estava prevista para outubro de 2014, vai ser antecipada para agosto e muito provavelmente o Relatório às Deslocações em Serviço será entregue em setembro (5 Delegações já visitadas).

A monitorização e verificações periódicas dos saldos de caixa e o sistema de Emissão de Guias de Transporte têm vindo a ser analisados aquando das visitas às Delegações, havendo apenas uma ocorrência a salientar (cheque em Viana do Castelo).

O cumprimento do Plano, concebido com base nas recomendações do ROC e a melhoria de eficiência da empresa, considera-se com um grau de realização significativo.

Para além do Plano de Auditorias foi aprovado o Manual de Procedimentos elaborado e estruturado em grande parte pelo Gabinete de Auditoria, que tem vindo a fazer a sua monitorização e a propor as alterações tidas por necessárias (alteração de procedimentos, aditamento de novos procedimentos, etc).

- 4.2.6 Monitorizar o cumprimento das normas legais da responsabilidade da Autoridade Tributária – guias de transporte e E-fatura.

O Gabinete de Auditoria tem vindo a monitorizar este tema e a elaborar, em conjunto com a Direção Financeira os ajustamentos tidos por necessários (situação da emissão dos documentos de transporte pela Docapesca, Portos e Lotas, SA em nome do remetente dos bens). Por parte do Gabinete de Auditoria este objetivo tem um grau de cumprimento elevado, correspondente às Delegações visitadas e auditadas, (5 em 6).

APERFEIÇOAR O CANAL DA WEB E CRIAR NOVAS FUNCIONALIDADES NO SÍTIO DA INTERNET

- 4.3.1 Reforçar e criar maior acessibilidade às transações comerciais das lotas, quer ao nível do pescado fresco do mar, quer de outros produtos que lhe possam vir a ser adicionados.

O sistema de leilão de aquicultura, foi um projeto iniciado pela DINF e DEXP, operacional desde Novembro de 2012, tendo a DCM efetuou sua comunicação/divulgação junto dos interessados. Contudo considera-se a participação dececionante, pois não se verificou a adesão dos aquicultores, eventualmente, pela estrutura do mercado (proliferação de pequenos operadores).

Às solicitações/questões colocadas, são dadas as respostas dentro do menor tempo possível.

- 4.3.2 Maior abertura ao mercado, potenciando o aumento da procura de pescado em lota.

A Docapesca tem estreitado relações quer com as Grandes Superfícies, quer com o Pequeno Retalho, quer no mercado interno, quer internacional, com vista à captação de novos compradores e de novos mercados, através também da sua presença em feiras internacionais.

- 4.3.3 Reforçar a divulgação dos sistemas de venda online disponíveis na Docapesca.

No 1º semestre de 2014, as compras on-line representaram 539.686,98€, efetuadas essencialmente por um único cliente, que representa cerca de 86% (464.733,91€). Até final do 2º trimestre, registou-se uma nova adesão, muito embora, com compras diminutas.

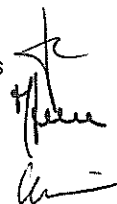
Prevê-se um acompanhamento mais próximo dos novos aderentes, com vista a avaliar razão da quase ausência de compras,

- 4.3.4 Consolidar o sistema de venda online do pescado de aquicultura.

Por falta de adesão dos aquicultores ao sistema, já referidos nos pontos anteriores, este projeto encontra-se suspenso.

- 4.3.5 Acompanhar, monitorizar e avaliar sistematicamente os resultados da implementação dos sistemas online existentes.

Diariamente são monitorizados todos os sistemas de venda online e realizadas as correções necessárias.



4.3.6 Monitorizar e melhorar o sistema de emissão de guias eletrónicas.

Todos os novos locais de emissão de guias de transporte (ex: Cais do Bico e Torreira no concelho da Murtosa, entre outros) encontram-se apetrechados com equipamentos para emissão de guias eletrónicas.

INFORMATIZAR E MELHORAR OS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS

4.4.1 Implementar faseadamente um novo modelo de leilão.

Foram implementados os sistemas de leilões decrementais/incrementais nas lotas de Tavira e Viana do Castelo, tendo sido realizados leilões experimentais, com pouca ou nenhuma adesão.

4.4.2 Inventariar todos os processos ligados ao leilão de pescado (administrativos e de exploração), com o objetivo da futura substituição da aplicação atual por uma nova que satisfaça plenamente todas as necessidades da empresa.

Foi realizado um levantamento de todos os processos existentes para análise, estando em curso o seu reporte.

Entretanto, está em curso, um conjunto de ações necessárias á certificação do atual Sistema de Leilão Eletrónico pela Autoridade Tributária.

4.4.3 Definir uma base de dados sobre os elementos necessários a todas as lotas para uma nova aplicação informática de leilão de pescado, a gerir centralmente.

Não foi ainda possível iniciar esta ação..

4.4.4 Acompanhar e monitorizar a aplicação informática desenvolvida para a lota de aquicultura.

Não tendo sido registado qualquer solicitação, não se realizou qualquer ação de monitorização específica.

COMUNICAÇÃO E MEDIÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

4.5.1 Divulgar quinzenalmente, interna e externamente, a *newsletter Infolota*, nas suas versões online e em papel.

A *Infolota* tem sido editada regularmente. Foram publicadas 5 edições até ao final do 2º trimestre.

4.5.2 Divulgar online, semanal e internamente, a *Agenda Docapesca*.

A *Agenda Docapesca* tem sido editada regularmente, com 10 edições até ao final do 2º trimestre.

- 4.5.3 Divulgar diariamente notícias no site Docapesca e nas redes sociais, designadamente iniciativas da empresa, estatísticas de venda de pescado ou outros conteúdos.

O site da Docapesca está também a ser objeto de dinamização, aumentando o interesse de acesso e consequente número de visitantes, tendo registado 36.269 visitantes até final de Junho, o que representou um acréscimo significativo face ao período homólogo do ano anterior (30.538). A página da Docapesca no Facebook, foi ativada no dia 12/12/2014 encontrando-se atualizada. Trata-se de um instrumento que exige um acompanhamento mais ativo e permanente para corresponder as diversas interpelações em tempo útil, situação que, face às restrições orçamentais e de recurso humanos atuais, não foi ainda possível conseguir.

- 4.5.4 Divulgar o Observatório de Preços Médios do Pescado em Lota, através de correio eletrónico e site da Docapesca.

O Observatório de Preços Médios do Pescado em Lota tem sido divulgado com a periodicidade semanal prevista, para a base de dados de contactos de e-mail atualizada (2878 contactos) e através do site da Docapesca, registando-se um grande interesse por parte de agentes económicos e público em geral.

- 4.5.5 Medir a satisfação dos clientes (armadores, compradores, clientes dos serviços comerciais e outros) sobre os serviços prestados pela Docapesca, através da aplicação de questionários.

A medição da satisfação dos clientes externos está prevista para o 2º semestre.

- 4.5.6 Medir a satisfação dos clientes internos (trabalhadores da empresa), através da avaliação dos serviços centrais pelas delegações e da avaliação das delegações pelos serviços centrais, aplicando questionários (em colaboração com a DAJRH).

A medição da satisfação dos clientes internos está prevista para o 2º semestre de 2014.

- 4.5.7 Avaliar o Clima Organizacional da Docapesca, através da aplicação de questionários junto de todos os trabalhadores da empresa (em colaboração com a DAJRH).

A avaliação do clima organizacional está prevista para o 2º semestre de 2014.

EFICIÊNCIA AMBIENTAL E ENERGÉTICA

- 4.6.1 No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental e de acordo com a Norma Internacional ISO 1400 está prevista a realização de auditorias à política ambiental da Docapesca conforme o plano anual a aprovar pelo Conselho de Administração.

A implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) foi finalizada com a realização de ações de formação realizadas ao nível da Direção e dos responsáveis do SGA das várias Delegações, durante o final do ano de 2013 e princípio deste ano.

Foi preparado o Plano Anual e os conteúdos das Auditorias Internas Ambientais e de Conformidade Legal, a aprovar pelo CA, que terão início no segundo semestre do ano.

4.6.2 Elaborar o Relatório de Sustentabilidade da Docapesca relativo a 2013.

Os trabalhos relativos à preparação do Relatório de Sustentabilidade da Docapesca relativo aos anos 2013 e 2014 serão iniciados no 2.º semestre de 2014



4.6.3 Reforçar a cooperação institucional com a Direção-geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – cumprimento de medidas administrativas referentes aos limites de capturas de pescado e tamanhos mínimos de pescado; acompanhamento das medidas a implementar de acordo com a nova Política Comum de Pescas; continuação da negociação da contratação dos Observadores presentes a bordo de embarcações portuguesas a operar na Zona NAFO e nas armações de captura de atum rabilho, no Algarve, participação ativa na Comissão de Acompanhamento da Sardinha e processo de certificação da mesma.

A DEXP participou activamente na elaboração do procedimento para a contratação de Observadores de Pesca em Armações de Atum Rabilho, tendo sido assinado contrato com a empresa SEAEXPERT, e as Armações de Atum das Empresas Real Atunara e Tunipex, para os anos de 2014, 2015 e 2016.

O Departamento de Estatística, cedeu a informação necessária para o cumprimento de medidas administrativas referentes aos limites de capturas de pescado e tamanhos mínimos de pescado.

No que diz respeito às solicitações de informação para o Acompanhamento das medidas a implementar de acordo com a nova Política Comum de Pescas.

A Docapesca, através da DEXP/DE e dos membros do CA tem participado na Comissão de Acompanhamento da Sardinha e processo de certificação da mesma, quer através da prestação de informação estatística disponibilizada quer nas reuniões de trabalho técnico da responsabilidade da DGRM.

4.6.4 Monitorizar o Plano de Eficiência Energética aprovado e integrar, sempre que possível, os diferentes usos portuários.

A monitorização dos consumos energéticos, em tempo real, já está operacional nas lotas de Viana do Castelo e Matosinhos. Este sistema também estará operacional em breve nas lotas da Póvoa do Varzim, Peniche, Setúbal, Figueira da Foz e Nazaré, dado que as instalações elétricas serão objeto das necessárias alterações e serão instalados os equipamentos de monitorização, no âmbito dos trabalhos de requalificação dessas lotas, com execução em curso.

Um dos aspetos relevantes das ações relativas à melhoria da eficiência energética, é a poupança de energia em iluminação devido às ações realizadas e que a monitorização permite determinar.

4.6.5 Melhorar os componentes e equipamentos existentes, com vista a aumentar a eficiência energética.

Os projetos de requalificação das Lotas integram importantes ações no domínio do emprego de componentes e equipamentos que aumentam a eficiência energética. Citam-se a título exemplificativo os ganhos anuais em projeção, que a utilização de novos equipamentos com elevada eficiência energética já instalados em Viana do Castelo e em Matosinhos representam:

- *Poupança pela Iluminação Eficiente na lota de Matosinhos: A poupança na iluminação na nave da lota no último ano equivale a 40%, e o valor estimado de poupança é de 1.925€/ano.*

- *Poupança pela Iluminação Eficiente na lota de Viana do Castelo: A poupança na iluminação na nave da lota no último ano equivale a 20%, e o valor estimado de poupança é de 666€/ano.*

4.6.6 Continuar a sensibilização para uma melhor utilização da energia elétrica, designadamente ao nível das tarifas de menor custo para a empresa.

Os cartazes de informação para uma melhor utilização da energia elétrica elaborados em 2014, continuam afixados na maior parte dos locais na maior parte dos casos, desde o 1º Semestre. A renovação dos mesmos, eventualmente parcial, será efetuada no 2º Semestre.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA V

GESTÃO PORTUÁRIA E DOMINIAL NAS ÁREAS DE JURISDIÇÃO TRANSFERIDAS AO ABRIGO DO DL 16/2014 DE 3 DE FEVEREIRO

Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias – assinalamento marítimo.

Garantir o acesso em segurança das pessoas e bens às áreas portuárias (portarias, vigilância, vedações reordenamento e limpeza dos espaços).

Garantir a segurança de pessoas e bens nas principais pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial, intervenções de manutenção das pontes-cais.

Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca, Portos e Lotas, SA – pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoios às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas.

Integração de Procedimentos e Tarifários.

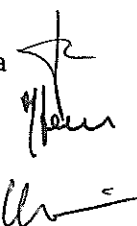
OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA 2014

SEGURANÇA DOS ACESSOS MARÍTIMOS AOS PORTOS DE PESCA

5.1.1 Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias, através de intervenções de manutenção e investimento necessários ao assinalamento marítimo – faróis e balizagem -, com base nas vistorias e propostas da Direção Geral de Faróis

Foi preparada com a Direção de Faróis (DGAM) a revisão de todos os Protocolos existentes com o IPTM para as Delegações Norte, Centro e Algarve cobrindo a maioria das situações de

balizagem e assinalamento marítimo nos portos de pesca e marinas de recreio, prevendo-se a sua assinatura no início do 2º semestre.



SEGURANÇA DAS PESSOAS E BENS NOS PORTOS DE PESCA

5.2.1 Garantir o acesso em segurança das pessoas e bens às áreas portuárias, através da instalação de portarias e contratos de vigilância, reabilitação das vedações e reordenamento e limpeza dos espaços nos principais portos de pesca

Foram realizados contratos de limpeza e desinfecção de espaço e áreas portuárias da Nazaré, Quarteira, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António.

Estão curso procedimentos contratuais para a Vigilância e Controlo de Portaria nos portos Olhão, Portimão, e Quarteira.

SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE APOIO Á PESCA, NAUTICA DE RECREIO E TRANSPORTE FLUVIAL

5.3.1 Garantir a segurança de pessoas e bens nas principais pontes-cais e plataformas flutuantes de apoio à pesca, náutica de recreio e transporte fluvial, através da avaliação do estado das mesmas e intervenções de manutenção/reabilitação necessárias para a sua utilização em segurança.

Foram retiradas as plataformas flutuantes degradadas e em risco de deriva no Porto de Pesca de Albufeira e da plataforma flutuante de apoio á Pesca Artesanal de Olhão.

Com o apoio da Autoridade Marítima implementou-se ao assinalamento do Canal de Cabanas e iniciaram-se os trabalhos de revisão do Regulamento de Uso das Infraestruturas Portuárias da Marginal de Cabanas e Ilha de Cabanas; contratualizou-se a intervenção da reposição dos fundos junto dos Cais de Passageiros da Marginal de Cabanas e Ilha de Cabanas, para melhoria da segurança dos procedimentos de embarque e desembarque de passageiros.

Em Tavira foi contratualizado uma intervenção nos Cais das Quatro-Águas e da Ilha de Tavira, bem como a reabilitação do Cais do Lixo da Ilha de Tavira.

Em Faro foi adjudicado a reabilitação do Passadiço do Esteiro do Ladrão, permitindo que o embarque e desembarque de passageiros de e para as ilhas se realize em segurança.

Nos Estaleiros Navais de Portimão (Parchal/Lagoa) foi adjudicada a empreitada de reabilitação do pavimento, permitindo que o Travellift (igualmente reparado pela Docapesca e o apoio da DGRM – substituição dos pneus) possa circular e prestar serviço em segurança.

Em Peniche foi adjudicada a reparação do pavimento da área junto á Náutica de Recreio. Foi igualmente, lançado o concurso para o Projeto do Prolongamento do Molhe interior do Porto, com vista á criação de condições de acalmia para a área de recreio e marítimo-turística.

Foram reparados os “Travellift “dos Portos de Pesca da Nazaré e Peniche e iniciado o procedimento de aquisição de Seguros para esta atividade (Nazaré, Portimão e Peniche).

Em Vila Praia de Âncora foram substituídas as plataformas flutuantes de apoio á Náutica de Recreio.

AVALIAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO DAS ÁREAS/EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS NAS ÁREAS PORTUÁRIAS

- 5.4.1 Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca, Portos e Lotas, SA – pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoios às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas, reavaliando a oportunidade de diferentes tipos de licenciamento (licenças/concessões/parcerias) por forma a melhor gerir os espaços e bens do Domínio Público.

Estão em preparação os Termos de Referencia e Caderno de Encargos para um Estudo de Avaliação de Oportunidades de Valorização das infraestruturas e dos espaços existentes nos Portos da Delegação Norte – Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa do Varzim e Vila do Conde. Prevê-se a abertura de procedimento no início do 2º semestre de forma a obter um Estudo até final de 2014.

- 5.4.2 Integração de Procedimentos e Tarifários existentes para o mesmo tipo de uso e nas diferentes áreas portuárias

Têm sido desenvolvidos trabalhos conjuntos com as equipas da Docapesca e IPTM no sentido de harmonizar procedimentos e conhecer/adaptar os tarifários, para o licenciamento das diferentes atividades portuárias, Delegação Norte, incluindo o novo porto de pesca de Viana do Castelo, Delegação Centro – Portos de Peniche, Nazaré, Ericeira e da Delegação Sul/Algarve.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA VI

ABERTURA AO SETORES

Otimizar, assegurar e estabelecer novas formas de relacionamento e parceria com o Setor da Pesca e da Náutica de Recreio, bem como a dos Estaleiros Navais integrados, como atividades que coincidem e concorrem nos mesmos espaços portuários.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS PARA 2014

- 6.1.1 Criar uma rede de apoio à pesca local na implementação da faturação eletrónica e regime das guias de transporte.

O programa de faturação eletrónica e emissão de guias de transporte na maior parte dos estabelecimentos da Docapesca, principalmente ao nível dos postos de venda não informatizados, encontra-se quase finalizado através da cooperação dos serviços. Nos locais referenciados como necessário foram colocados equipamentos e uma rede de comunicações de forma a dar resposta aos itens referidos.

- 6.1.2 Reforçar a presença da Docapesca nos grupos de trabalho, eventos, reuniões, seminários sobre a temática do Mar, em parceria com as entidades e demais intervenientes do setor, dinamizando o diálogo e constituindo-se como plataforma de transferência de conhecimento/informação sobre diferentes aspetos da produção, comercialização e inovação no setor do pescado.

A Docapesca foi convidada a participar na Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens do Mar, bem como para ABAE – Associação da Bandeira Azul da Europa, sobretudo no que diz respeito aos Portos e Marinas, para reforço da implementação das medidas que vão no sentido da sustentabilidade ambiental e boas práticas que melhorem os serviços prestados com menor “pegada” ecológica.

- 6.1.3 Participar em GT, eventos/seminários/feiras sobre as temáticas da Náutica de Recreio e Estaleiros Navais, integrando as Associações nacionais mais representativas destas atividades, com vista ao maior conhecimento sobre estas temáticas e permitindo avaliar as melhores práticas.

A Docapesca, Portos e Lotas foi convidada a participar em reuniões sobre a Náutica de Recreio (Oceanus XXI e AEP) como referido em diferentes pontos deste relatório. É intenção aprofundar estas temáticas, avaliando os melhores modelos de exploração das infraestruturas que transitaram para a Docapesca.



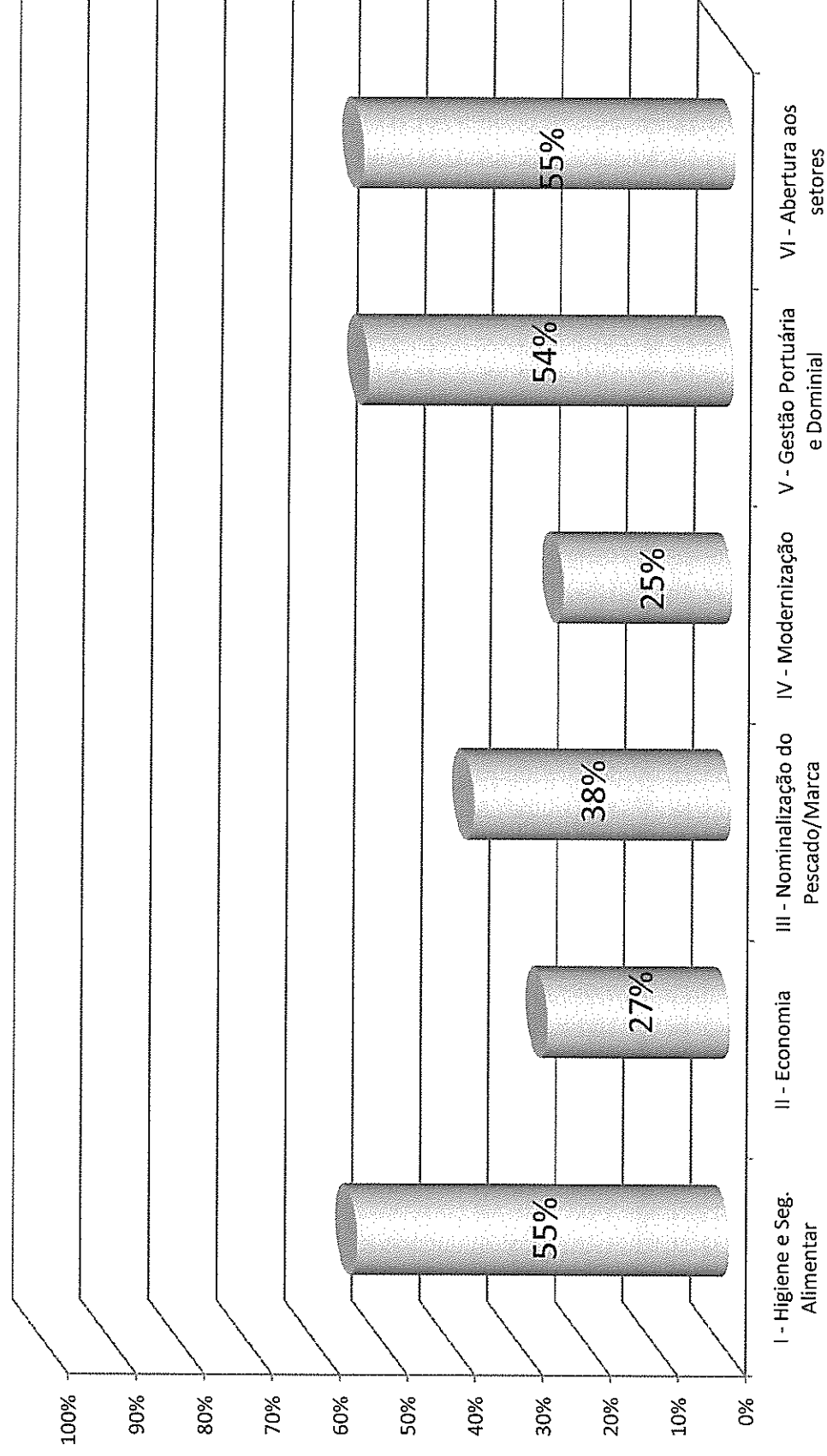
Execução Plano de Actividades Janeiro a Junho de 2014

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a series of loops and a horizontal stroke at the end.



Janeiro a Junho de 2014

Grau de Execução do Plano de Actividades

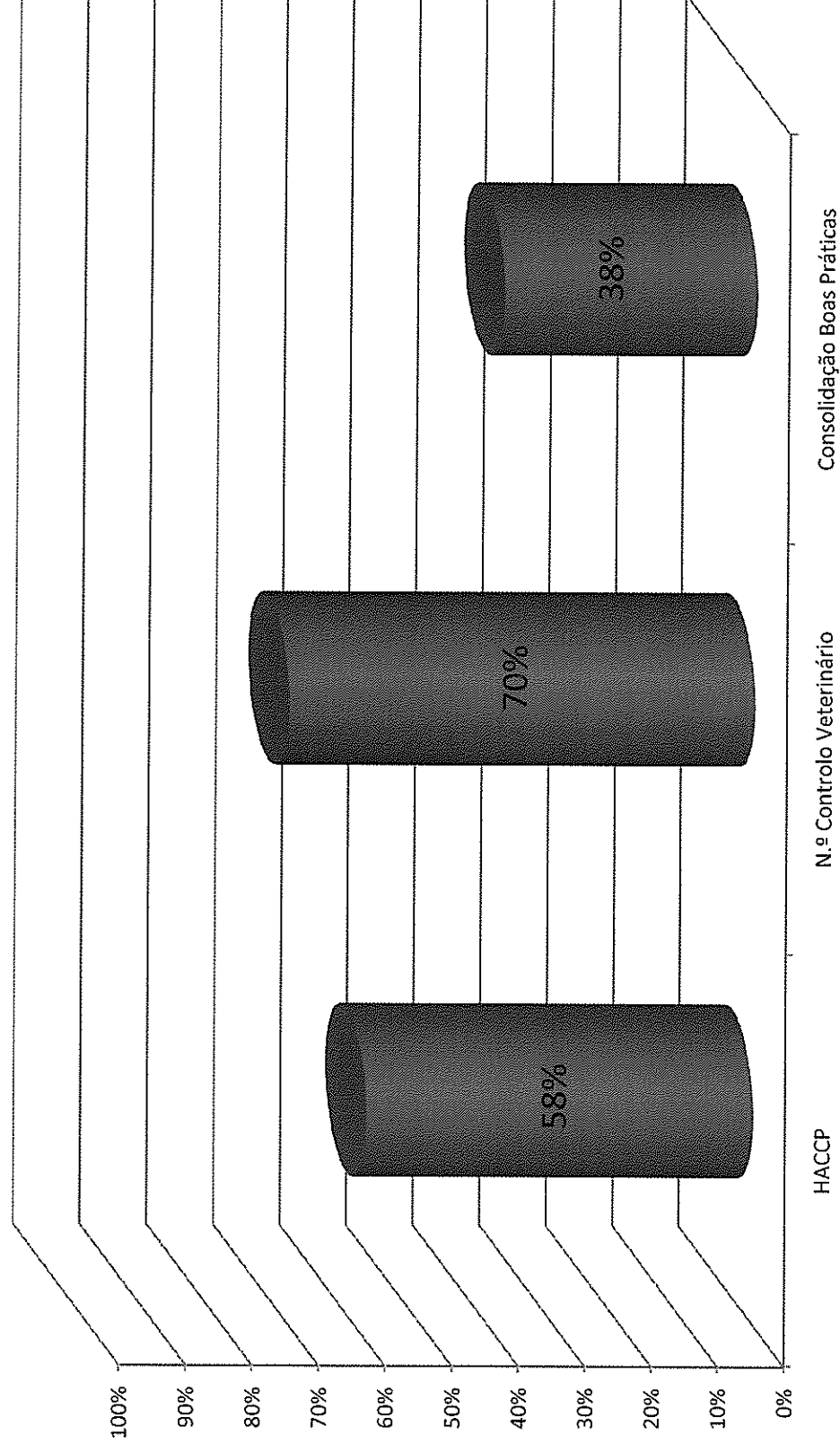


Handwritten signature



Janeiro a Junho de 2014

Grau de Execução – Segurança e Qualidade Alimentar

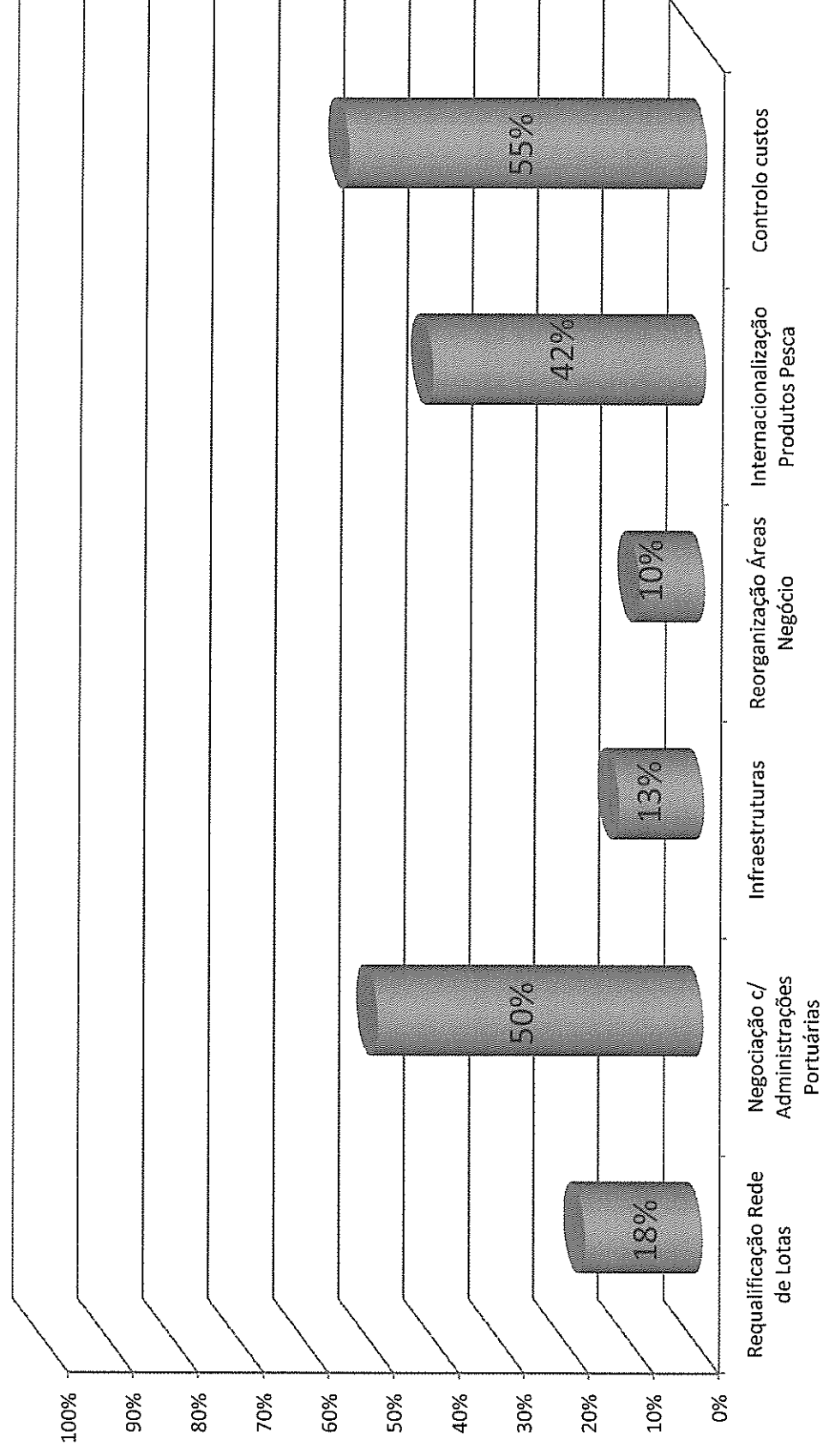


ASAE



Janeiro a Junho de 2014

Grau de Execução - Economia

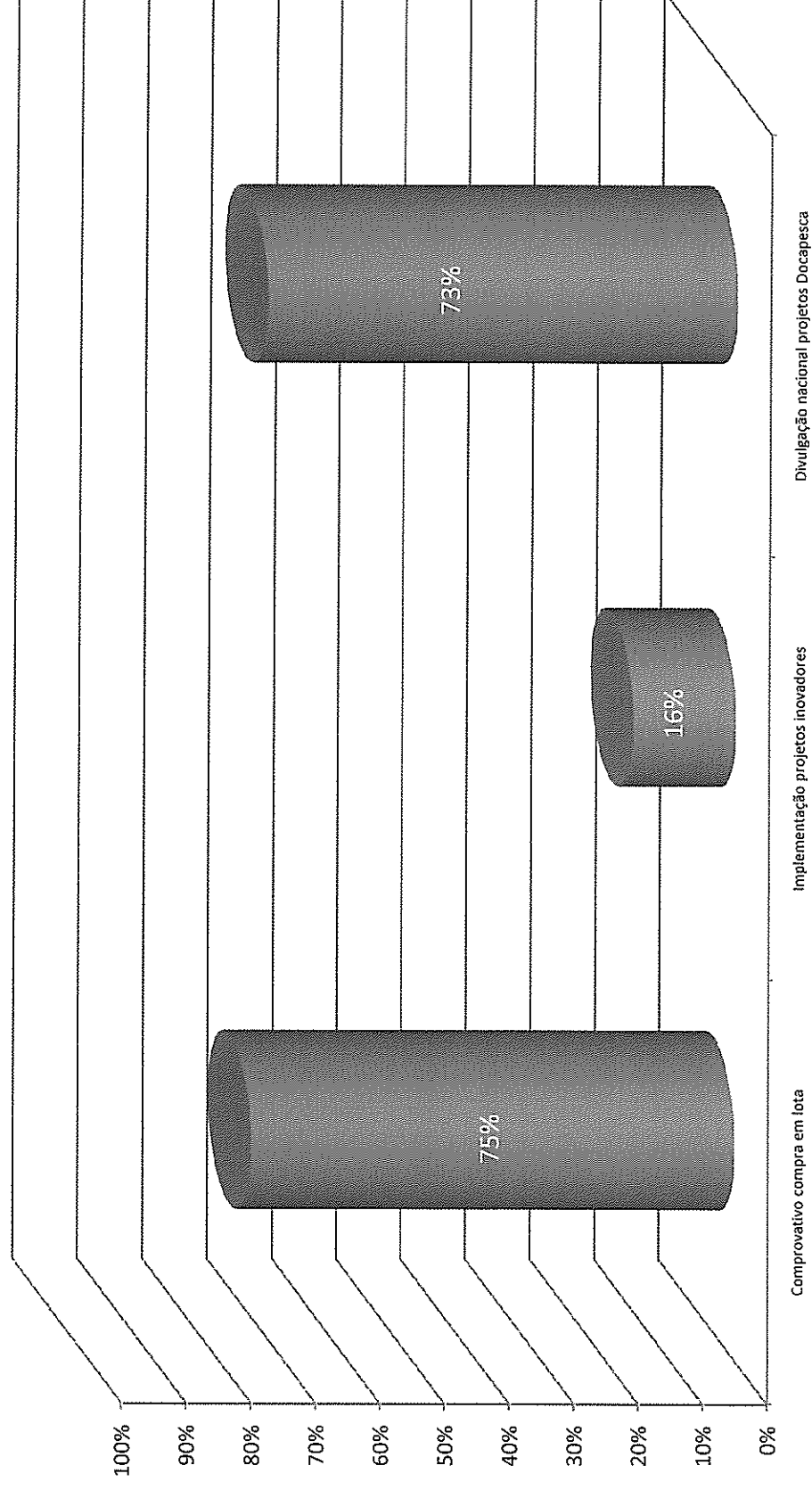


Handwritten signature and initials.



Janeiro a Junho de 2014

Grau de Execução – Nominalização do Pescado/Marca

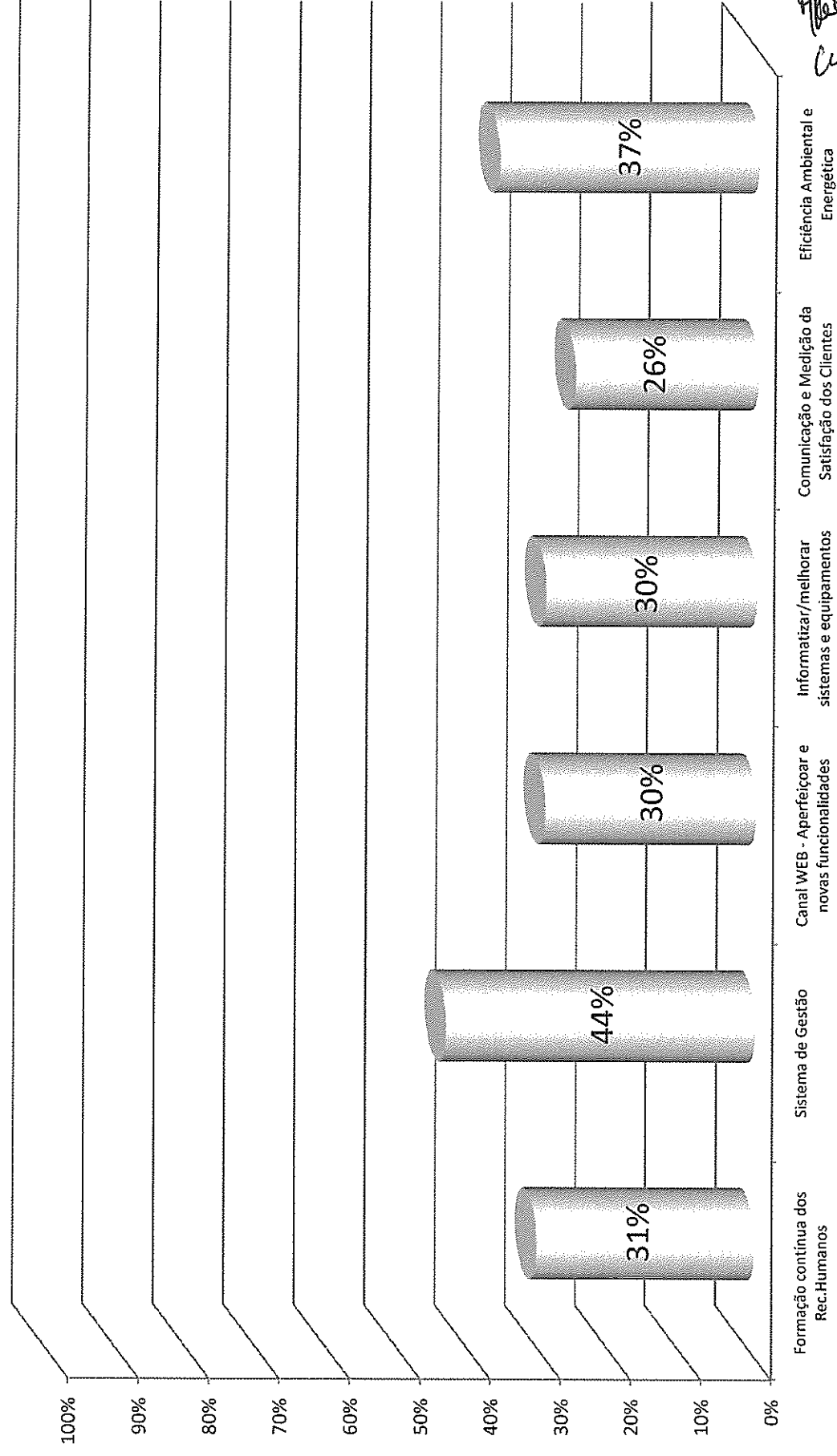


Handwritten signature



Janeiro a Junho de 2014

Grau de Execução - Modernização

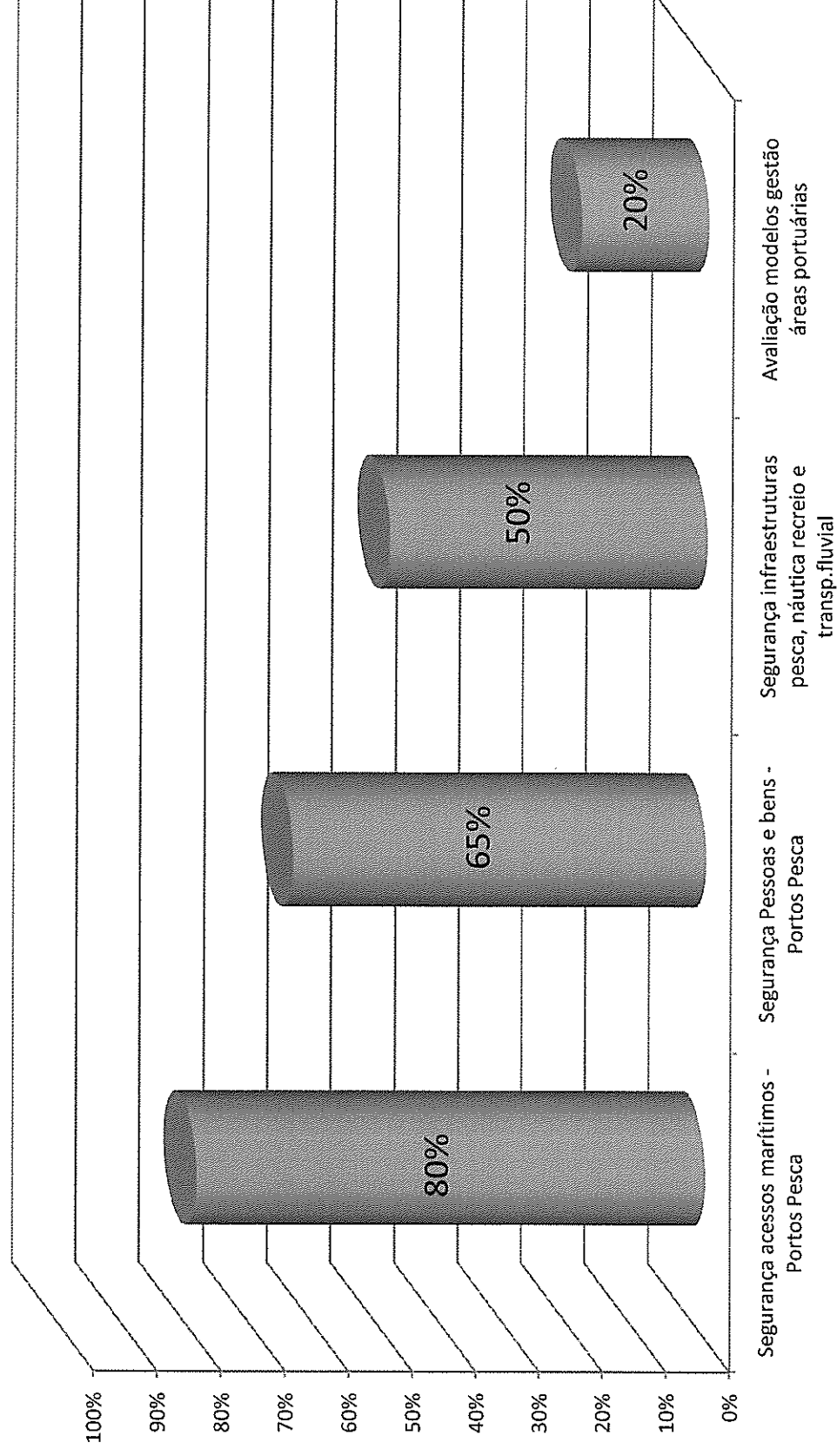


Handwritten signature and initials.



Janeiro a Junho de 2014

Grau de Execução – Gestão Portuária e Dominial

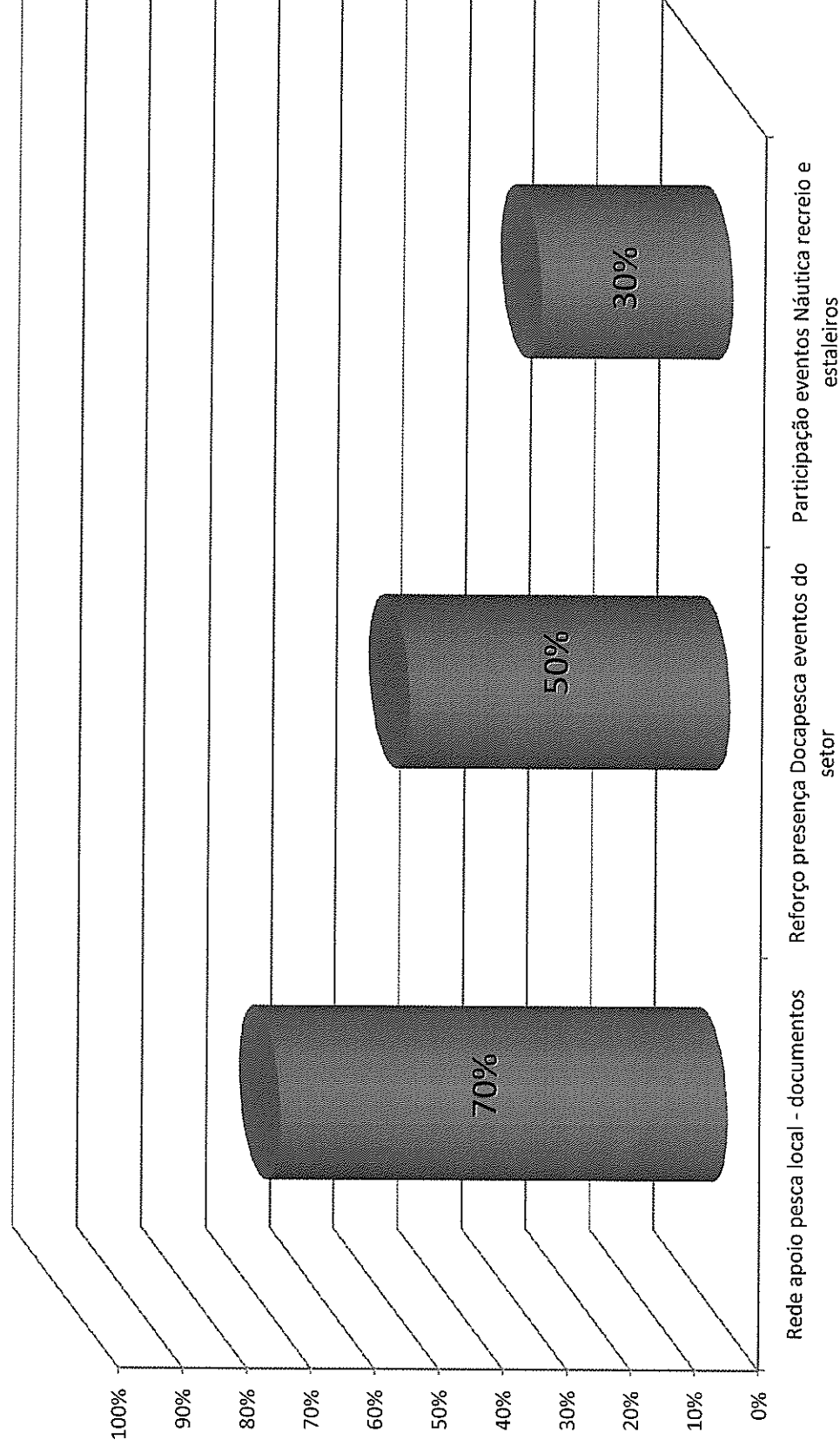


Handwritten signature



Janeiro a Junho de 2014

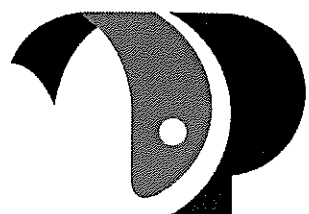
Grau de Execução – Abertura aos Setores



Handwritten signature

Alencar
31.7.2014

Alencar
Correio



DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

Relatório de Execução Orçamental

30 de Junho de 2014



Resumo da atividade económica no 1.º semestre de 2014

O desempenho económico da Docapesca teve uma evolução positiva ao longo do 1º semestre de 2014, tendo sido atingido um resultado antes de impostos de 307 mil euros. O resultado obtido situou-se 502 mil euros acima do orçamentado, sendo que este último apresentava uma previsão de 194 mil euros negativos.

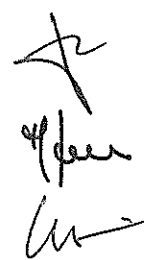
Para a formação do resultado positivo, contribuiu o valor do pescado transaccionado no 1º semestre de 2014 que, apesar do volume de 43.878 toneladas ser inferior em 3,6% ao de igual período de 2013 (45.527), o preço médio global aumentou em 3,9% (de 1,84 euros/kg para 1,91 euros por kg). Esta variação, que originou um aumento no valor de pescado transaccionado de 0,1%, corresponde a um acréscimo de 106 mil euros.

Neste semestre, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2014, a Docapesca celebrou um contrato de concessão com a APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo. Este contrato concede, em regime de exclusividade, o uso privativo de bens do domínio público marítimo localizados no porto de pesca de Viana do Castelo, sendo o respectivo pagamento anual correspondente a 0,55% do valor do pescado transaccionado na lota de Viana do Castelo, acrescido de 50% das receitas da cedência de espaços comerciais.

Igualmente neste período, os gastos com pessoal registaram variações face ao orçamento. De acordo com o Acórdão do Tribunal de Contas relativo à inconstitucionalidade da redução remuneratória, prevista no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2014), a Docapesca pagou em junho os salários dos trabalhadores sem qualquer redução. Também neste período, a Empresa procedeu à correcção dos duodécimos já lançados até Junho, referente às férias, subsídio de férias e respectivos encargos a pagar em 2015. Estas situações representam um acréscimo face aos gastos com o pessoal orçamentados.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e nas marinas e portos de recreio que se encontravam sob jurisdição daquele Instituto, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca.

Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras com o Orçamento



1. Demonstração de Resultados

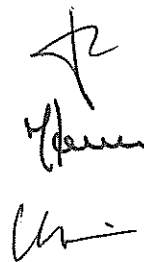
Na Demonstração de Resultados por naturezas para o primeiro semestre de 2014, destacamos que o resultado antes de impostos é de 307 mil euros, registando um acréscimo de 502 mil euros face ao orçamentado para o mesmo período (194 mil euros negativos). Contribuíram para a formação do resultado, as seguintes variações:

Rendimentos:

1. Vendas Gelo e Mercadorias – As mercadorias apresentaram uma quebra de 375 mil euros face ao orçamento, sobretudo nas vendas de gelo, cujo decréscimo de 363 mil euros se justifica pela reduzida actividade das embarcações de pesca nos primeiros meses do ano, dadas as condições climáticas desfavoráveis, e pela menor quantidade adquirida pelos armadores e compradores, resultante da quebra nas capturas de sardinha.
As restantes mercadorias - combustíveis e aprestos de pesca - registaram um decréscimo pouco significativo face ao orçamento.
2. Prestações de Serviços – As prestações de serviços registaram na sua totalidade um decréscimo de 166 mil euros face ao orçamento, pelo efeito conjugado de acréscimos e decréscimos nas várias rubricas que as compõem. Os efeitos principais, que estiveram na origem do decréscimo, prendem-se essencialmente com o facto de, apesar de se ter dado início a parte da facturação das novas competências (atrás referidas), no orçamento havia sido prevista a facturação total correspondente ao mês de Junho. Apresenta-se a seguir o detalhe das rubricas em questão:

Primeira venda de pescado – A 1.ª venda de pescado teve uma evolução positiva durante o mês de Junho (em comparação com os meses anteriores), tendo resultado num acréscimo de vendas face ao orçamentado (mais 161 mil euros).

Em termos acumulados, no 1º semestre e na totalidade das artes, foram vendidas 43,8 mil toneladas de pescado, correspondendo a 83,7 milhões de euros, realçando-se que a redução das quantidades apresentadas em lota para venda tiveram como impacto o aumento do preço médio.



Serviços de Portos de Pesca – esta rubrica registou um decréscimo de 182 mil euros face ao orçamento, sendo a principal variação negativa registada nas Licenças de Ocupação (-138 mil euros), seguindo a tendência de diminuição que já se verificava nos meses anteriores nas instalações da Docapesca. No mês de Julho foi dado início ao processo de facturação das licenças de ocupação das novas competências.

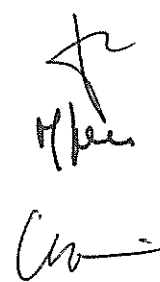
Gestão Dominial – registou um decréscimo de 104 mil euros face ao orçamento pelo facto de não ter sido facturada a totalidade das licenças previstas para junho. Esta nova rubrica incorpora todos os rendimentos da gestão dominial fora dos portos de pesca.

Serviços prestados à Náutica de Recreio e à atividade Marítimo Turística – registaram um decréscimo de 44 mil euros face aos montantes orçamentados pelo mesmo motivo atrás exposto.

Gastos:

1. Gastos com o Pessoal - os gastos com o pessoal foram inferiores em 386 mil euros, face ao orçamento, reflectindo aqui dois aspectos importantes – por um lado, ainda não ocorreu a integração nos quadros da Docapesca do pessoal proveniente do ex-IPTM, que atualmente se encontra adstrito à DGRM; por outro lado, no mês de Junho, e decorrente do Acórdão do Tribunal Constitucional, foram processados os salários aos trabalhadores sem qualquer redução salarial (ao contrário do que havia sido previsto no orçamento. Cautelarmente, foram rectificadas (eliminando a redução salarial) os montantes dos duodécimos constituídos para as férias e subsídio de férias a pagar em 2015, tendo sido lançados em junho os acertos relativos aos duodécimos lançados nos meses de Janeiro a Maio. As alterações resultantes são as seguintes
 - Remunerações fixas do pessoal (- 155 mil euros) e, consequentemente, redução dos encargos sobre remunerações (- 17 mil euros) e redução de subsídios de refeição (-41 mil euros).
 - Outras remunerações com uma redução de 44 mil euros devido, essencialmente, à redução de trabalho realizado em horário nocturno.
 - Formação profissional apresenta uma redução de 18 mil euros face ao orçamento, prevendo-se que venha a ser compensada durante o 2.º semestre com a concretização do plano de formação.

Salienta-se que o desvio verificado nos gastos com pessoal dos órgãos sociais está relacionado com uma mensualização incorrecta, verificada ao nível do orçamento, das várias rubricas que compõem os respectivos gastos com pessoal, nomeadamente nas remunerações, despesas de representação e encargos sobre as remunerações. Este desvio será absorvido ao longo do ano.



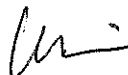
2. Fornecimentos e Serviços Externos - O valor de fornecimentos e serviços externos registou um decréscimo de 473 mil euros em relação ao orçamento. Foram considerados no orçamento um conjunto de gastos relacionados com a transferência das novas actividades para a Docapesca, nomeadamente em termos de conservação e reparações de faróis, pontões e outras instalações, vigilância, limpeza, sistemas de informação, seguros, electricidade e assessoria técnica que ainda não se realizaram, encontrando-se neste momento em fase de concurso público.

No quadro seguinte identificam-se os principais desvios na rubrica fornecimentos e serviços externos:

valores acumulados			
Fornecimento e Serviços Externos	1º Semestre		
	Orçamento	Real	Acréscimos
Participação em feiras e Publicidade	142.434,39	167.212,61	24.778,22
Serviços de Postos de Vendagem	209.937,65	291.496,97	81.559,32
Total dos Acréscimos	352.372,04	458.709,58	106.337,54
	Decréscimos		
	Orçamento	Real	Decréscimos
Electricidade	577.662,78	460.070,97	-117.591,81
Consultoria	70.500,00	43.975,00	-26.525,00
Vigilância e Segurança	344.292,34	258.352,73	-85.939,61
Comunicação	519.181,90	469.742,17	-49.439,73
Manutenção de Sistemas Informáticos	139.167,46	70.500,13	-68.667,33
Conservação e Reparação	530.092,54	364.067,28	-166.025,26
Seguros	66.096,95	48.548,52	-17.548,43
Total dos Decréscimos	1.511.637,02	1.232.140,87	-514.188,74

3. Provisões (aumentos / reduções) - registam um aumento de 118 mil euros face ao orçamento, uma vez que no orçamento está registada a reversão da provisão constituída pelo valor das taxas de movimentação de pescado transaccionado na lota de Viana do Castelo, decorrente da celebração do contrato de concessão com APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, a 25 de Março de presente ano, com efeitos a partir de 1 de Abril. A reversão da provisão será efectuada no mês de Julho.

4. Outros Gastos e Perdas – verificou-se um decréscimo de 301 mil euros, que tem na sua origem uma mensualização incorrecta, verificada ao nível do orçamento, nos gastos a título de concessões de portos de pesca e cedências de exploração referentes às Administrações Portuárias, APVC, APFF e APA. Este desvio será absorvido ao longo do ano.

2. Balanço

No que diz respeito à comparação do Balanço a 30 de Junho de 2014 com o orçamentado para o mesmo período, os efeitos mais significativos registados são:

O Activo não Corrente reduziu-se em 916 mil euros, sendo a variação mais significativa no Activo fixos tangível, com uma redução em 913 mil euros face ao orçamentado, Esta diminuição está relacionada com uma execução reduzida de investimentos face ao previsto no Plano de Investimentos para 2014.

O Activo Corrente aumentou em 4 milhões de euros, sendo as variações mais significativas as seguintes

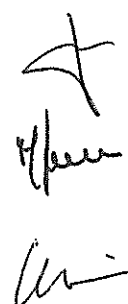
1. Caixa e depósitos bancários – O acréscimo de 2,4 milhões de euros em relação ao orçamentado tem origem no baixo nível de execução dos investimentos previstos para 2014 face ao Plano de Investimentos e no menor gasto com fornecimentos e serviços externos, como se pode verificar na Demonstração de Fluxos de Caixa.
2. Outras contas a receber – O aumento de 1,48 milhões de euros nesta rubrica deve-se essencialmente ao acréscimo de 578 mil euros nas dívidas dos compradores, devido ao maior volume e valor de pescado transaccionado durante o mês de Junho, havendo ainda que adicionar o valor de cheques em carteira no final do mês e que foram depositados no dia útil seguinte, com um montante de 627 mil euros.

O Total do Capital Próprio apresenta uma melhoria de cerca de 500 mil euros face ao orçamento que tem origem exclusivamente nos resultados líquidos do semestre.

O Passivo Corrente aumentou 2,34 milhões de euros, sendo os principais impactos nas Outras Contas a Pagar, com um acréscimo de 1,4 milhões de euros, e Estado e Outros Entes Públicos, com um acréscimo de 748 mil euros. Estes acréscimos resultam de diversas variações, sendo as mais relevantes nas Outras Contas a Pagar:

1. Um aumento de 1,4 milhões de euros no valor de Armadores-marés;
2. Um aumento de 347 mil euros na Reserva Pessoal dos armadores;
3. Uma diminuição de 381 mil euros no valor de Cativações a Armadores;

e na rubrica Estado e Outros Entes Públicos um acréscimo de 450 mil euros na conta IVA a pagar.



3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Ao comparar os valores do primeiro semestre de 2014 com os montantes referentes ao orçamentado para igual período, verificam-se as seguintes variações:

a. Fluxos de caixa das actividades operacionais:

- i. Recebimentos de clientes - um acréscimo de 1,6 milhões de euros face ao orçamento decorrente do maior valor de pescado transaccionado.
- ii. Pagamentos a fornecedores – um decréscimo de 1,2 milhões de euros face ao orçamento. Foi previsto no orçamento um acréscimo de custos no âmbito do processo de integração das actividades transferidas do IPTM para a Docapesca, que ainda não se concretizou;
- iii. Pagamentos ao pessoal – um decréscimo de 466 mil euros face ao orçamento, decorrente essencialmente de ainda não se ter formalizado a assunção dos gastos com os trabalhadores do IPTM às actividades transferidas pelo Decreto-Lei n.º 16/2014. Esta transição havia sido prevista no orçamento para 1 de Junho de 2014.

b. Fluxos de Caixa das actividades de investimento:

- i. Ligeira diminuição do montante pago a título de activos fixos tangíveis face ao orçamento.
- ii. Aumento de 62 mil euros referente ao recebimento de subsídios ao investimento. Foram recebidos durante o período de 2014 os seguintes montantes:
 - _ 31-03-03-FEP-74 – Requalificação Lota Viana do Castelo – 98 mil euros;
 - _ 31-03-FEP-67 – Requalificação da Lota de Matosinhos – 102 mil euros;
 - _ 31-03-03-FEP-77 – Novas Lotas de Vila do Conde e Vila Praia de Âncora - 48 mil euros.

c. Fluxos de Caixa das actividades de financiamento:

- i. Pagamento de juros e gastos similares - decréscimo de 26 mil euros face ao orçamento sendo que esta diminuição tem origem no baixo nível de endividamento de curto prazo verificado em 2014, dado que foram canceladas as linhas de crédito existentes. Após consulta ao mercado, foram autorizadas novas linhas de crédito, cuja contratação definitiva irá ocorrer no mês de julho.



4. Investimento

A Docapesca realizou investimentos de 1,1 milhões de euros neste período: 287,4 mil euros de investimentos correntes e 822,2 mil euros de investimentos específicos. No âmbito da integração do IPTM já foram realizados investimentos no montante de 30 mil euros.

Apresenta-se em baixo o mapa dos investimentos realizados no decorrer do 1º semestre de 2014.

valores acumulados

Investimentos Correntes		
	1º Semestre 2014	
	Orçamento	Real
Delegação Norte e Matosinhos	398.760,00	180.071,91
Delegação Centro Norte	35.662,00	9.282,59
Delegação Centro	56.575,00	6.376,75
Delegação Centro Sul	46.070,00	30.796,73
Delegação Sul	234.349,00	56.880,61
Outros Investimentos	60.860,00	4.001,04
SUB-TOTAL	832.276,00	287.409,63
Investimentos Específicos		
	1º Semestre 2014	
	Orçamento	Real
Delegação Norte e Matosinhos	390.506,00	311.778,38
Delegação Centro Norte	246.980,00	58.488,38
Delegação Centro	548.652,00	330.595,75
Delegação Centro Sul	286.641,00	18.671,45
Delegação Sul	345.208,00	102.708,30
Outros Investimentos	0,00	0,00
SUB-TOTAL	1.817.987,00	822.242,26
TOTAL	2.650.263,00	1.109.651,89

Os investimentos específicos mais relevantes ocorridos até Junho de 2014 foram os seguintes:

1. Gruas Hidráulicas móveis para a lota da Figueira da Foz – 54 mil euros;
2. Aquisição de máquina de lavar caixas para a lota de Matosinhos – 51 mil euros;
3. Requalificação da lota de Matosinhos – 20 mil euros;
4. Aquisição e montagem de sistema de aquecimento de águas sanitárias para a lota de Matosinhos – 18 mil euros
5. Aquisição de máquina de lavar caixas para a lota da Póvoa de Varzim – 40 mil euros;
6. Requalificação do Edifício da lota de Povo de Varzim – 158 mil euros;
7. Aquisição de Equipamentos Frigoríficos para a lota de Viana do Castelo – 10 mil euros;

8. Aquisição de gerador de gelo em escama para a lota da Nazaré – 28 mil euros;
9. Requalificação do edifício da lota de Peniche – 298 mil euros.
10. Empreitada de Execução de duas Captações de Água Salgada da Lota de Portimão – 102 mil euros
11. Requalificação da lota de Setúbal – 17 mil euros

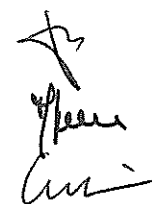


5. Plano de Redução de Custos

Período findo em 30 de Junho de 2014

GASTOS OPERACIONAIS	Orçamento	Real	Desvios
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	804.674,41	772.435,27	-32.239,14
Mercadorias	681.307,06	691.793,12	10.486,06
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	123.367,35	80.643,15	-42.724,20
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - usados na "produção"	46.635,54	20.247,37	-26.388,17
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Outros	76.731,81	60.395,78	-16.336,03
Fornecimentos e serviços externos	3.409.428,59	2.936.180,36	-473.248,23
Serviços Especializados	526.025,89	418.249,16	-107.776,73
Consultorias	70.500,00	43.975,00	-26.525,00
Auditorias	6.200,00	6.200,02	0,02
Outros	447.325,89	366.074,14	-81.251,75
Deslocações e estadias	12.518,12	8.338,61	-4.179,51
Electricidade	577.662,78	460.070,97	-117.591,81
Combustíveis	36.047,06	32.699,29	-3.347,77
Água	128.093,27	136.890,88	8.797,61
Artigos para oferta	8.022,83	721,50	-7.301,33
Rendas e alugueres	84.461,22	92.725,23	8.264,01
Despesas de representação	2.375,00	731,45	-1.643,55
Comunicação	85.177,65	79.076,35	-6.101,30
Seguros	66.096,95	48.548,52	-17.548,43
Transportes	18.991,31	6.902,96	-12.088,35
Comissões	0,00	0,00	0,00
Honorários	19.249,44	26.678,34	7.428,90
Conservação e reparação	530.092,54	364.067,28	-166.025,26
Publicidade e propaganda	142.434,39	167.212,61	24.778,22
Limpeza, higiene	519.181,90	469.742,17	-49.439,73
Vigilância e segurança	344.292,34	258.352,79	-85.939,61
(FSE) Outros	308.705,90	365.172,31	56.466,41
Gastos com o pessoal	5.269.672,06	4.883.325,00	-386.347,06
Órgãos sociais	104.964,44	114.587,67	9.623,23 (*)
(Órgãos Sociais) Remunerações fixas	57.397,00	62.963,59	5.566,59
(Órgãos Sociais) Subsídio de refeição	2.076,48	2.002,65	-73,83
(Órgãos Sociais) Prémios de gestão	0,00	0,00	0,00
(Órgãos Sociais) Outras remunerações-Desp. Representação	18.626,38	18.733,47	107,09
(Órgãos Sociais) Ajudas de custo	173,50	1.179,14	1.005,64
(Órgãos Sociais) Formação	0,00	0,00	0,00
(Órgãos Sociais) Pensões e Planos de Saúde	0,00	0,00	0,00
(Órgãos Sociais) Encargos sobre as remunerações	18.173,18	19.954,54	1.781,36
(Órgãos Sociais) Seguros de acidentes no trabalho e doenças	706,40	618,52	-87,88
(Órgãos Sociais) Seguros de saúde	345,00	328,53	-16,47
(Órgãos Sociais) Seguros de vida	121,50	162,50	41,00
(Órgãos Sociais) Indemnizações	0,00	0,00	0,00
(Órgãos Sociais) Outros benefícios/gastos	0,00	0,00	0,00
(Órgãos Sociais) Outros	7.345,00	8.644,79	1.299,79
Pessoal	5.164.707,62	4.768.737,33	-395.970,29
(Pessoal) Remunerações fixas	3.353.275,56	3.168.340,13	-184.935,43
(Pessoal) Subsídio de refeição	484.158,80	442.491,96	-41.666,84
(Pessoal) Prémios de gestão	0,00	0,00	0,00
(Pessoal) Outras remunerações	150.310,56	105.763,81	-44.546,75
(Pessoal) Ajudas de custo	6.554,20	4.285,90	-2.268,30
(Pessoal) Formação	29.218,83	11.040,33	-18.178,50
(Pessoal) Pensões e Planos de Saúde	75.000,00	75.000,00	0,00
(Pessoal) Encargos sobre as remunerações	852.031,46	834.734,24	-17.297,22
(Pessoal) Seguros de acidentes no trabalho e doenças	32.715,08	28.188,88	-4.526,20
(Pessoal) Seguros de saúde	52.867,59	47.764,42	-5.103,17
(Pessoal) Seguros de vida	3.878,94	6.351,35	2.472,41
(Pessoal) Indemnizações	25.000,00	0,00	-25.000,00
(Pessoal) Outros benefícios/gastos	0,00	0,00	0,00
(Pessoal) Gastos de acção social	44.530,50	26.713,84	-17.816,66
(Pessoal) Outros	55.166,10	18.062,47	-37.103,63
TOTAL GLOBAL	9.483.775,06	8.591.941,63	-891.833,43

(*) O desvio verificado nos Gastos com o Pessoal dos Órgãos Sociais está essencialmente relacionado com o facto de no orçamento se terem dividido por 12 as remunerações e despesas de representação correspondentes a 11 meses (uma vez que o mês de férias se contabiliza noutra conta). A mesma situação se verifica nas rubricas de encargos com as remunerações.



6. Resultados decorrentes das Novas Competências transferidas do IPTM e Resultados da Docapesca comparáveis com 2013

Com o Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro, a Docapesca Portos e Lotas S.A a gestão dos portos de pesca e marinas de recreio localizadas na área de jurisdição do IPTM, criando sinergias e otimizando os procedimentos com o objectivo de melhorar o serviço a prestar ao setor da pesca e à náutica de recreio.

Apresentam-se de seguida as Demonstrações de Resultados desagregadas por Novas competências (ex-IPTM) e da Docapesca, sem as novas competências, em base comparável com os anos anteriores.

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas - Novas Competências transferidas do IPTM
 Período findo em 30 de Junho de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	1º Semestre	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	307.614,04	59.490,32
Serviços dos Portos de Pesca	112.737,96	19.584,60
Gestão Dominial	130.643,56	26.208,91
Serviços Secundários	6.182,30	0,00
Serviços Náutica e Mar.Turísticas	58.050,22	13.696,81
Fornecimentos e serviços externos	-218.856,35	-26.304,12
Gastos com o pessoal	-295.742,10	-186,55
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-7.142,85	0,00
Outros rendimentos e ganhos	994,61	0,00
Outros gastos e perdas	-4,17	-540,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-213.136,82	32.459,65
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	0,00	-369,01 (a)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-213.136,82	32.090,64
Juros e rendimentos similares obtidos	5.444,99	0,00
Juros e gastos similares suportados	-45,08	0,00
Resultado antes de impostos	-207.736,91	32.090,64

(a) O orçamento para 2014 não previu os gastos/reversões de depreciação e de amortização do património do IPTM a integrar na Docapesca por não ser ainda conhecido o seu valor, dependente da avaliação nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

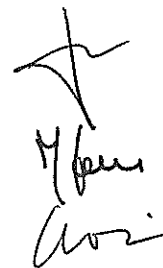
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas - Docapesca sem novas competências

Período findo em 30 de Junho de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS - DOCAPESCA (SEM IPTM)	1º Semestre	
	Orçamento	Real
Vendas	1.627.239,50	1.251.596,03
Mercadorias	104.661,00	101.154,01
Combustíveis	657.363,50	648.266,10
Gelo	865.215,00	502.175,92
Serviços Prestados	8.646.511,25	8.727.787,36
1.ª Venda de Pescado	6.802.838,74	6.963.655,90
Serviços dos Portos de Pesca	1.762.895,58	1.673.697,15
Gestão Dominial	0,00	0,00
Serviços Secundários	72.255,27	87.345,42
Serviços Náutica e Mar.Turísticas	0,00	0,00
Comissões de Cobrança	45.676,14	37.293,93
Descontos e Abatimentos	-37.154,48	-34.205,04
Subsídios à Exploração	130.500,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-804.674,41	-772.436,27
Fornecimentos e serviços externos	-3.190.572,24	-2.909.876,24
Gastos com o pessoal	-4.973.929,96	-4.883.206,37
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-50.000,00	16.234,43
Provisões (aumentos / reduções)	-22.092,35	-140.786,18
Outros rendimentos e ganhos	882.781,09	883.100,73
Venda de Energia	84.712,28	70.520,76
Venda de Água	36.135,92	35.091,54
Cedência de Exploração	55.445,00	41.196,76
Subsídios ao Investimento	537.172,50	555.348,58
Outros Rendimentos	169.315,39	180.943,09
Outros gastos e perdas	-720.414,07	-418.468,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.525.348,81	1.753.944,73
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.463.762,18	-1.464.983,47
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61.586,63	288.961,26
Juros e rendimentos similares obtidos	2.000,00	7.352,86
Juros e gastos similares suportados	-50.053,01	-20.494,94
Resultado antes de impostos	13.533,62	275.819,18

Até à data, o impacto com a integração das actividades transferidas do IPTM foi diminuto, como podemos verificar na Demonstração de Resultados – Novas competências (ex-IPTM). A grande variação face ao orçamentado, conforme já atrás explicado, resultou de ainda não se ter efectivado a integração global.

Na Demonstração de Resultados – Docapesca sem novas competências, face ao orçamento, o resultado antes de impostos é de 275 mil euros, registando um acréscimo de 262 mil euros face ao orçamentado.



7. Resultados por Área de Negócios

Dada a reduzida execução nas áreas respeitantes às novas competências (ex-IPTM), conforme atrás descrito, optou-se por não considerar os respectivos dados para a análise por áreas de negócio à data de 30 de junho.

Na comparação das Demonstrações de Resultados por áreas de negócio a 30 de Junho de 2014, com o orçamento, conclui-se que:

1. As áreas de negócio que têm maior peso na constituição de rendimento são: “Lotas, postos de vendagem e fábricas de gelo” e “Portos de Pesca”, sendo a primeira mais importante em termos de volume de negócios.
2. A área de negócio “Lotas, postos de vendagem e fábricas de gelo” gerou resultados de 540 mil euros, dos quais a maior parte provém da 1.ª venda de pescado, ficando assim 58 mil euros acima do valor orçamentado.
3. A área de negócio “Portos de pesca”, embora menos expressiva, gerou resultados de 128 mil euros, sendo os rendimentos decorrentes das licenças de ocupação das instalações nos portos de pesca. Estes resultados ficaram assim 260 mil euros acima do planeado, cujo resultado era de 131 mil euros negativos.
4. As restantes áreas de negócio aparecem com resultados muito inferiores, como se pode verificar nos mapas abaixo que demonstram quais as áreas de negócios que mais contribuíram para a formação de rendimento para a empresa.

Área de Negócio: Lotas, postos de vendagem e fábricas de gelo

Handwritten signature

RENDIMENTOS E GASTOS LOTAS, POSTOS DE VENDAGEM E FÁBRICAS DE GELO	Jan. a Jun. 2014	
	Orçamento	Real
Vendas	883.490,00	516.809,05
Serviços Prestados	6.842.740,65	7.035.603,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-100.367,35	-67.014,60
Fornecimentos e serviços externos	-1.604.760,77	-1.599.513,28
Gastos com o pessoal	-2.611.577,54	-2.551.014,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	526,66
Provisões (aumentos / reduções)	-22.092,35	-140.786,18
Outros rendimentos e ganhos	268.041,43	296.267,02
Outros gastos e perdas	-195.623,77	-209.071,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.459.850,30	3.281.805,66
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-663.519,78	-822.550,58
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.796.330,52	2.459.255,08
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-2.356.403,88	-1.938.462,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	439.926,64	520.792,16
Juros e rendimentos similares obtidos (imputados)	5.524,87	5.264,86
Juros e gastos similares suportados (imputados)	36.433,06	14.800,10
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	481.884,56	540.857,11

Área de Negócio: Portos de pesca

RENDIMENTOS E GASTOS PORTOS DE PESCA	Jan. a Jun. 2014	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	1.717.854,52	1.674.210,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-735,00	-56,27
Fornecimentos e serviços externos	-673.837,95	-576.270,66
Gastos com o pessoal	-254.308,73	-268.953,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	6.759,83
Outros rendimentos e ganhos	302.368,25	334.492,62
Outros gastos e perdas	-312.695,53	-159.488,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	778.645,56	1.010.693,46
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-413.713,90	-470.400,81
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	364.931,66	540.292,65
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-505.837,88	-416.120,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-140.906,22	124.172,14
Juros e rendimentos similares obtidos	1.186,00	1.130,18
Juros e gastos similares suportados	7.820,91	3.177,07
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-131.899,32	128.479,39

Área de Negócio: Mercadorias

RENDIMENTOS E GASTOS MERCADORIAS	Jan. a Jun. 2014	
	Orçamento	Real
Vendas	86.386,00	86.520,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-62.576,56	-67.786,92
Fornecimentos e serviços externos	-2.026,30	-976,30
Gastos com o pessoal	-44.375,08	-45.154,89
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	424,04
Outros rendimentos e ganhos	677,52	581,97
Outros gastos e perdas	-306,75	-27,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-22.221,17	-26.418,84
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-843,09	-896,23
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-23.064,26	-27.315,07
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-3.042,70	-594,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-26.106,96	-27.909,29
Juros e rendimentos similares obtidos	82,57	78,69
Juros e gastos similares suportados	544,52	221,20
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-25.479,86	-27.609,41

Área de Negócio: Combustíveis

RENDIMENTOS E GASTOS COMBUSTÍVEIS	Jan. a Jun. 2014	
	Orçamento	Real
Vendas	657.363,50	648.266,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-611.115,50	-617.557,62
Fornecimentos e serviços externos	-5.246,42	-6.146,63
Gastos com o pessoal	-16.598,54	-26.643,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		20,00
Outros rendimentos e ganhos	27.328,35	28.167,50
Outros gastos e perdas	0,00	-53,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	51.731,39	26.051,80
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	51.731,39	26.051,80
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-257.809,69	-212.083,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-206.078,30	-186.031,76
Juros e rendimentos similares obtidos	604,47	576,02
Juros e gastos similares suportados	3.986,07	1.619,25
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-201.487,76	-183.836,49

Área de Negócio: Entrepósitos frigoríficos

RENDIMENTOS E GASTOS ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS	Jan. a Jun. 2014	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	2.400,00	1.666,14
Fornecimentos e serviços externos	-97.922,51	-34.520,79
Outros rendimentos e ganhos	124.063,45	89.443,00
Outros gastos e perdas	-700,00	-6.838,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	27.860,94	49.749,98
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-111.349,68	-114.036,33
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-83.488,74	-64.286,35
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-1.735,18	-338,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-85.223,92	-64.625,22
Juros e rendimentos similares obtidos	47,09	44,87
Juros e gastos similares suportados	310,53	126,14
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-84.866,30	-64.454,20



Serviços Administrativos, Serviços Centrais e Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) ⁽¹⁾

RENDIMENTOS E GASTOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, SERVIÇOS CENTRAIS E AQS	Jan. a Jun. 2014	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	83.516,06	34.822,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-29.880,00	-19.906,62
Fornecimentos e serviços externos	-806.778,29	-681.857,45
Gastos com o pessoal	-2.047.070,07	-1.991.427,02
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-50.000,00	8.503,90
Outros rendimentos e ganhos	160.282,09	134.148,62
Outros gastos e perdas	-211.088,02	-42.868,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-2.901.018,23	-2.558.584,54
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-274.335,73	-53.576,29
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-3.175.353,96	-2.612.160,83
Juros e rendimentos similares obtidos	7.444,99	7.094,62
Juros e gastos similares suportados	49.095,09	19.943,76
Resultado antes de impostos	-3.118.813,88	-2.585.122,45

Nota⁽¹⁾ : Mapa que regista a totalidade dos custos administrativos que foram imputados às áreas de negócios.



8. Demonstrações Financeiras

Balanço em 30 de Junho de 2014

RUBRICAS	PERÍODOS	
	Orçamento Junho-14	Real Junho-14
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	14.163.174,99	13.249.833,19
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Activos intangíveis	166.816,62	161.881,62
Activo por impostos diferidos	1.334.891,77	1.336.388,53
	15.664.883,38	14.748.103,34
Activo corrente		
Inventários	269.975,32	240.055,33
Clientes	1.161.961,73	1.201.639,05
Adiantamentos a fornecedores	3.785,18	3.785,18
Estado e outros entes públicos	251.990,85	262.692,31
Outras contas a receber	7.014.705,43	8.501.308,29
Diferimentos	187.345,43	125.432,24
Activos não correntes detidos para venda	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	2.263.566,70	4.673.120,59
	11.153.330,64	15.008.032,99
Total do activo	26.818.214,02	29.756.136,33
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	8.528.400,00	8.528.400,00
Reservas legais	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados	-14.352.898,61	-14.352.804,46
Excedentes de revalorização	14.476,29	14.605,86
Outras variações no capital próprio	4.396.330,26	4.440.943,06
Resultado líquido no período	-438.147,60	57.932,15
Total do capital próprio	-1.751.219,15	-1.210.302,87
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	12.153.038,07	12.271.731,88
Outros financiamentos obtidos	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4.509.835,33	4.515.945,45
Passivos por impostos diferidos	1.505.436,82	1.442.518,40
Outras contas a pagar	0,00	0,00
	18.168.310,22	18.230.195,73
Passivo corrente		
Fornecedores	649.048,94	845.357,84
Estado e outros entes públicos	1.389.963,28	2.137.772,73
Financiamentos obtidos	167.485,22	167.485,20
Outras contas a pagar	8.141.339,76	9.543.030,81
Diferimentos	53.285,76	42.596,89
	10.401.122,95	12.736.243,47
Total do passivo	28.569.433,17	30.966.439,20
Total do capital próprio e do passivo	26.818.214,02	29.756.136,33

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 30 de Junho de 2014



RENDIMENTOS E GASTOS	Jan. a Jun. de 2014		Desvios	
	Orçamento	Real	Valor	%
Vendas	1.627.239,50	1.251.596,03	-375.643,47	-23,08%
Mercadorias	104.661,00	101.154,01	-3.506,99	-3,35%
Combustíveis	657.363,50	648.266,10	-9.097,40	-1,38%
Gelo	865.215,00	502.175,92	-363.039,08	-41,96%
Serviços Prestados	8.954.125,29	8.787.277,68	-166.847,61	-1,86%
1.ª Venda de Pescado	6.802.838,74	6.963.655,90	160.817,16	2,36%
Serviços dos Portos de Pesca	1.875.633,54	1.693.281,75	-182.351,79	-9,72%
Gestão Dominial	130.643,56	26.208,91	-104.434,65	-79,94%
Serviços Secundários	78.437,57	87.345,42	8.907,85	11,36%
Serviços Náutica e Mar.Turísticas	58.050,22	13.696,81	-44.353,41	-76,41%
Comissões de Cobrança	45.676,14	37.293,93	-8.382,21	-18,35%
Descontos e Abatimentos	-37.154,48	-34.205,04	-2.949,44	-7,94%
Subsídios à Exploração	130.500,00	0,00	-130.500,00	-100,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-804.674,41	-772.436,27	-32.238,14	-4,01%
Fornecimentos e serviços externos	-3.409.428,59	-2.936.180,36	-473.248,23	-13,88%
Electricidade	-577.662,76	-460.070,97	-117.591,81	-20,36%
Água	-128.093,27	-136.890,88	8.797,61	6,87%
Comunicação	-85.177,65	-79.076,35	-6.101,30	-7,16%
Conservação	-530.092,54	-364.067,28	-166.025,26	-31,32%
Limpeza	-519.181,90	-469.742,17	-49.439,73	-9,52%
Vigilância	-344.292,34	-258.352,73	-85.939,61	-24,96%
Mão de Obra do Exterior	-233.077,77	-225.131,50	-7.946,27	-3,41%
Outros FSE	-991.850,34	-942.848,48	-49.001,86	-4,94%
Gastos com o pessoal	-5.269.672,06	-4.883.392,92	-386.279,14	-7,33%
Rescisões	-25.000,00	0,00	-25.000,00	-100,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-57.142,85	16.234,43	-73.377,28	-128,41%
Provisões (aumentos / reduções)	-22.092,35	-140.786,18	118.693,83	537,26%
Outros rendimentos e ganhos	883.775,70	883.100,73	-674,97	-0,08%
Venda de Energia	84.712,28	70.520,76	-14.191,52	-16,75%
Venda de Água	36.135,92	35.091,54	-1.044,38	-2,89%
Cedência de Exploração	55.445,00	41.196,76	-14.248,24	-25,70%
Subsídios ao Investimento	537.172,50	555.348,58	18.176,08	3,38%
Outros Rendimentos	170.310,00	180.943,09	10.633,09	6,24%
Outros gastos e perdas	-720.418,24	-419.008,76	-301.409,48	-41,84%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.312.211,99	1.786.404,38	474.192,39	36,14%
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.463.762,18	-1.465.352,48	1.590,30	0,11%
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-151.550,19	321.051,90	472.602,09	311,85%
Juros e rendimentos similares obtidos	7.444,99	7.352,86	-92,13	-1,24%
Juros e gastos similares suportados	-50.098,09	-20.494,94	-29.603,15	-59,09%
Resultado antes de impostos	-194.203,29	307.909,82	502.113,11	258,55%
Imposto sobre o rendimento do período	-243.944,31	-249.977,67	6.033,36	2,47%
Resultado líquido do período	-438.147,60	57.932,15	496.079,75	113,22%

Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Período findo em 30 de Junho de 2014



RUBRICAS		
	Orçamento Jun-14	Real Jun-14
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	11.685.977,39	13.374.924,10
Pagamentos a fornecedores	-5.661.411,08	-4.473.117,98
Pagamentos ao pessoal	-5.378.757,98	-4.911.886,15
Caixa gerada pelas operações	645.808,33	3.989.919,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-20.673,71	-26.209,04
Outros recebimentos/pagamentos	-331.440,75	-1.428.004,15
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	293.693,87	2.535.706,78
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-1.385.276,13	-1.306.920,54
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	237.583,66	300.560,01
Juros e rendimentos similares	2.000,00	1.487,38
Dividendos		0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1.145.692,47	-1.004.873,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-167.485,22	-167.485,23
Juros e gastos similares	-50.098,09	-23.376,46
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-217.583,31	-190.861,69
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.069.581,91	1.339.971,94
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.333.148,65	3.333.148,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.263.566,74	4.673.120,59

Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes	Real
	Jun-14
Numerário	94.783,55
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	
- Bancos comerciais	1.409.950,31
- IGCP	2.168.386,73
Aplicações de tesouraria - IGCP	1.000.000,00
Disponibilidades e seus equivalentes no fim do período	4.673.120,59



9. Indicadores

Quadro de Indicadores

Exercício de 2014	Março	Junho	Objectivos Orçamento 30 Junho 2014	Objectivos Orçamento 31 Dezembro 2014
INDICADORES				
EBITDA	455.547,12	1.786.404,38	1.312.211,95	15.761.732,85
Resultado Líquido	-296.087,01	57.932,15	-438.147,60	11.852.654,31
Resultados Antes de Impostos	-284.293,54	307.909,82	-194.203,29	12.313.517,76
Volume do Investimento	515.830,39	1.109.651,89	2.650.263,00	7.114.193,00
Valor Acrecentado Bruto	2.734.274,02	6.196.661,76	5.966.919,03	14.560.773,53
Gastos Operacionais / EBITDA	3,66	2,08	3,21	1,22
Gastos com o Pessoal / EBITDA	5,41	2,73	4,02	0,71
Taxa de Variação dos Gastos com o Pessoal (sem indemnizações)	-11,58%	-18,34%	7,91%	7,24%
Dívida / Capital Próprio	-5,00	-11,72	-6,80	2,10
EBITDA / Receitas	9,39%	16,33%	11,50%	61,42%
Taxa de Crescimento das Receitas	-4,65%	-6,15%	4,29%	4,25%
Margem EBITDA	10,25%	17,79%	12,40%	61,42%
Resultado Líquido / Capital Investido	-1,75%	0,34%	-2,67%	69,18%
Gastos com o Pessoal / Vendas	55,45%	48,64%	49,80%	46,89%
Cash-Flow / Vendas	25,00%	16,58%	9,90%	13,56%
FSE / Vendas	30,74%	29,25%	32,22%	33,45%
Crescimento FSE+Pessoal	-5,14%	-9,20%	10,99%	18,98%
Volume de Negócios	4.444.282,36	10.038.873,71	10.581.364,72	23.988.172,23
N.º Pessoas / Trabalhadores	436	442	516	516
N.º Lotes Principais	22	22	22	22
N.º Postos de Venda	32	32	32	32
OBJECTIVOS DE GESTÃO / ORÇAMENTO				
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	85,26%	78,67%	82,72%	81%
Volume de Negócios (contas 71+72+78)	4.845.108,18	10.921.974,44	11.465.140,42	25.664.214,01
Resultados Líquidos	-296.087,01	57.932,15	-438.147,60	11.852.654,31
PMP (dia)	30	31	30	30
OBJECTIVOS DE GESTÃO				
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	85,26%	78,67%	n.d.	75,00%
Volume de Negócios (contas 71+72+78)	4.845.108,18	10.921.974,44	n.d.	23.329.658,00
Resultados Líquidos	-296.087,01	57.932,15	n.d.	157.381,00
PMP (dia)	30	31	n.d.	36